

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

90006/2026

CONTRATANTE (925168)

OBJETO (Registro de Preços para confecção de placas e troféus)

VALOR ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 235.872,00 (duzentos e trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e dois reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 08/06/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço unitário por item

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO	12
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
10. DO TERMO DE CONTRATO	17
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	17
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	18
13. DOS RECURSOS	19
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026

Processo Administrativo Nº [00.0015.000044/2026-18](#)

Torna-se público que o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO, por meio do Setor de Contratos e Licitações, sediado no SIA Trecho 17, Lote Nº 810, Via IA IV, Parque Ferroviário, Brasília – DF, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para confecção de placas e troféus institucionais personalizados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será em dois itens distintos, conforme tabela constante abaixo e no Termo de Referência:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Confecção de placa	618630	600	R\$ 197,86	R\$ 118.716,00
2	Confecção de troféu	617448	600	R\$ 195,26	R\$ 117.156,00

1.3. Ressalta-se que as quantidades apresentadas no Termo de Referência correspondem a estimativas de consumo, calculadas com base em estudos prévios realizados junto aos Conselhos Regionais eventualmente participantes e na demanda atual da Autarquia. Dessa forma, não há garantia de que a totalidade dos quantitativos será utilizada integralmente no início da vigência contratual, podendo ocorrer flutuações conforme a real necessidade administrativa.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4.2. O valor médio unitário para o Item 01 da contratação é de R\$ 197,86 (cento e noventa e sete reais e, oitenta e seis centavos), sendo R\$ 118.716,00 (cento e dezoito mil, setecentos e dezesseis reais) o valor total estimado do item;



4.3. O valor médio unitário para o Item 02 é de R\$ 195,26 (cento e noventa e cinco reais e, vinte e seis centavos), perfazendo o montante total estimado em R\$ 117.156,00 (cento e dezessete mil, cento e cinquenta e seis reais);

4.4. O valor médio global é de R\$ 235.872,00 (duzentos e trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e dois reais).

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

- 5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total dos itens;

6.1.2. Quantidade, devendo a postulante respeitar a quantidade mínima escolhida quanto à forma de apresentação do objeto estipulado no Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de entregar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo de real).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:

7.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a fase de lances, será convocada a primeira colocada no certame para verificação da conformidade da proposta quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação e, assim subseqüentemente.

8.2. Após a convocação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#),



legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens do tópico 5.6 deste edital.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.8.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];

8.8.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

- 8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.10.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.10.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.10.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou similares previstos na legislação.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação ao pregoeiro e, antes de findar o prazo.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

9.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.



11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados bastando entrarem em contato no endereço eletrônico selic@coffito.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública



14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual conforme o descrito no item 8 do Termo de Referência, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Portal do COMPRASGOV e pelo endereço eletrônico selic@coffito.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3612.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 16.11.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar
- 16.11.2. ANEXO II - Termo de Referência
- 16.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato
- 16.11.4. ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 16.11.5. ANEXO V – Modelo de Proposta

Brasília, 19 de maio de 2026



Documento assinado digitalmente
LUIZ FELIPE MATHIAS CANTARINO
Data: 19/05/2026 16:47:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luiz Felipe Mathias Cantarino
Pregoeiro do COFFITO



Estudo Técnico Preliminar nº 55/2026

1. DO OBJETO PRETENDIDO E DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente documento representa a etapa inicial da fase de planejamento e reúne os estudos necessários para a contratação da solução que atenderá à necessidade institucional identificada. Nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, o princípio do planejamento é fundamental às contratações públicas, sendo o Estudo Técnico Preliminar (ETP) reconhecido como o primeiro passo desse processo.

1.2. O art. 18 da Lei nº 14.133/2021 estabelece uma sequência lógica e encadeada de etapas do planejamento das contratações públicas, que pode ser compreendida como uma espécie de “pirâmide invertida”. Esse fluxo tem início no planejamento institucional mais amplo, materializado no Plano de Contratações Anual (PCA) e na previsão orçamentária, e avança progressivamente para o nível de detalhamento da contratação específica, contemplando o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e os documentos técnicos descritivos, como o Termo de Referência (TR).

1.3. Nessa mesma perspectiva, nos termos do inciso XX do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar constitui a etapa inicial do planejamento da contratação. Trata-se do instrumento destinado à identificação do interesse público envolvido, à análise das alternativas possíveis e à avaliação da solução mais adequada para atendê-lo, servindo de fundamento para a elaboração do Termo de Referência, caso seja constatada a viabilidade da contratação.

1.4. O ETP materializa, portanto, uma fase de planejamento adequada, cuja principal função é, a partir do problema a ser resolvido, avaliar os cenários possíveis e identificar a solução mais eficiente, eficaz e econômica para o alcance do objetivo institucional pretendido.

1.5. Esse estudo visa apontar a solução para o problema, atestar a viabilidade a partir dos critérios estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e atuar em conformidade a entendimentos recentes do Tribunal de Contas da União (TCU), tais quais:

Acórdão 330/2021-TCU – Plenário

“[Voto] Parágrafo 115, excerto da instrução de mérito após os exames das oitivas:

[...]

399. Por isso a importância do adequado planejamento da contratação, em que deve haver a máxima transparência de todos os atos administrativos. Deve-se justificar as quantidades de cada móvel, as soluções adotadas, de modo a evidenciar, para qualquer cidadão, que aquele item - com suas especificações - e naquela quantidade, atendia a tal necessidade. Sem isso, e ausente justificativa no processo - pode-se presumir que alguns itens possam estar sendo licitados sem lastro em uma necessidade real e nem com fundamento em uma solução bem definida. [...]”

Acórdão 1668/2021-TCU-Plenário

“9.4. dar ciência ao [omissis], com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, sobre a seguinte impropriedade/falha, identificada no [omissis]:

[...]

9.4.1. evitar a utilização de termos vagos ou subjetivos em análises técnicas, fazendo constar dos estudos técnicos preliminares as justificativas para todas as exigências constantes do edital e termo de referência, como modo de dar maior objetividade ao julgamento das propostas;”

1.6. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto a futura contratação, por meio de Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada para a confecção de placas de homenagem em aço inox escovado e troféus de acrílico personalizados, destinados ao atendimento das demandas institucionais do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional — COFFITO, especialmente em eventos, solenidades, premiações, inaugurações, encontros institucionais, cerimônias comemorativas e demais ações oficiais promovidas pela Autarquia e pelo Sistema COFFITO/CREFITOs. Conforme registrado no Documento de Formalização da Demanda, o objeto compreende placas em aço inox escovado e troféus de acrílico personalizados para homenagens, com estimativa de fornecimento de até 600 unidades para cada item, observadas as especificações mínimas definidas pela área requisitante.

1.7. A necessidade da contratação decorre das atribuições institucionais do COFFITO, autarquia federal criada pela Lei nº 6.316/1975, que possui papel central na normatização, fiscalização, orientação e valorização das profissões de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Nesse contexto, as homenagens institucionais constituem instrumentos formais de reconhecimento público a profissionais, autoridades, pesquisadores, conselheiros, colaboradores e demais personalidades que contribuíram, direta ou indiretamente, para o fortalecimento das profissões, para a consolidação do Sistema COFFITO/CREFITOs e para o desenvolvimento científico, técnico, ético, político e institucional da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional no Brasil.

1.8. A demanda ganhou especial relevância em razão das comemorações dos 50 anos do COFFITO, marco institucional que intensificou a realização de cerimônias, premiações, exposições, homenagens, encontros institucionais e ações comemorativas voltadas à preservação da memória da Autarquia e à valorização da trajetória do Sistema COFFITO/CREFITOs. O próprio DFD registra que, em 2025, ao completar cinco décadas de existência, o COFFITO celebrou sua trajetória por meio de congressos, palestras, produção de documentário histórico, exposições institucionais, galeria dos ex-presidentes, homenagens e diversas iniciativas voltadas à preservação da memória institucional.

1.9. Além do marco comemorativo dos 50 anos, a contratação também se justifica pelo novo posicionamento institucional da atual Gestão, que tem conferido maior destaque às ações de reconhecimento, valorização profissional e preservação da memória do Sistema COFFITO/CREFITOs. Tal orientação administrativa reforça a compreensão de que homenagens institucionais, quando realizadas com critérios objetivos, planejamento, moderação e finalidade pública, não representam mera formalidade cerimonial, mas instrumento de fortalecimento da identidade institucional, valorização de trajetórias relevantes e incentivo à participação qualificada de profissionais e lideranças no desenvolvimento das profissões regulamentadas.

1.10. Sob esse enfoque, as placas e troféus de homenagem funcionam como suportes materiais de reconhecimento institucional, conferindo solenidade, padronização e permanência aos atos de homenagem promovidos pelo COFFITO. Em cerimônias públicas, eventos científicos, solenidades comemorativas, encontros do Sistema e premiações institucionais, tais itens contribuem para registrar, de forma simbólica e duradoura, a contribuição de pessoas e instituições para a Fisioterapia, a Terapia Ocupacional e a Administração Pública profissional. Trata-se, portanto, de objeto relacionado à comunicação institucional, à valorização profissional, à memória organizacional e ao fortalecimento da imagem pública da Autarquia.

1.11. A contratação por Registro de Preços mostra-se adequada porque a demanda por placas e troféus possui natureza variável, vinculada ao calendário de eventos, às cerimônias institucionais, às homenagens deliberadas pela Administração e às ações comemorativas que possam surgir ao longo da vigência da ata. Embora haja estimativa de quantitativo máximo, não é possível definir, com absoluta

precisão, a quantidade exata de homenagens que serão realizadas em cada período, razão pela qual o Sistema de Registro de Preços permite maior flexibilidade, planejamento e economicidade, evitando tanto aquisições excessivas quanto contratações sucessivas e fragmentadas para objetos de mesma natureza.

1.12. A adoção do Registro de Preços também favorece a padronização dos itens, a racionalização administrativa e a previsibilidade dos custos, permitindo que o COFFITO disponha de fornecedores previamente selecionados e preços registrados para atender demandas futuras, conforme necessidade efetiva. Essa sistemática é compatível com a Lei nº 14.133/2021, especialmente com a lógica de planejamento, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, bem como com a disciplina aplicável ao Sistema de Registro de Preços, que se mostra particularmente útil para objetos com demanda frequente, parcelada ou de difícil mensuração exata no momento inicial do planejamento.

1.13. A necessidade também é reforçada pelo fato de o DFD indicar inexistência de contratação anterior para esse objeto específico, o que evidencia a conveniência de estruturar a aquisição de forma planejada, padronizada e compatível com a demanda institucional contemporânea. Sem uma contratação previamente organizada, a Administração tende a enfrentar dificuldades operacionais para atender demandas de homenagem em prazos curtos, podendo ser obrigada a recorrer a contratações isoladas, menos eficientes, com menor padronização visual e maior risco de preços menos vantajosos. O planejamento por ata de registro de preços reduz esse risco e confere maior capacidade de resposta à área de comunicação e eventos.

1.14. Importa registrar que a contratação deve observar critérios de razoabilidade, moderação e finalidade pública, de modo que as placas e troféus sejam utilizados em situações institucionalmente justificadas, vinculadas a eventos oficiais, premiações, solenidades, ações comemorativas e reconhecimentos formais aprovados pela Administração. A finalidade não é a aquisição de itens de luxo ou brindes indiscriminados, mas a constituição de solução padronizada para homenagens institucionais legitimamente vinculadas às competências, à memória e à missão pública do COFFITO.

1.15. Dessa forma, o objeto pretendido atende a uma necessidade institucional concreta: assegurar ao COFFITO condições de realizar homenagens oficiais com qualidade, padronização, previsibilidade, controle e economicidade, especialmente diante do aumento das ações comemorativas decorrentes dos 50 anos da Autarquia e do novo direcionamento da Gestão quanto à valorização de pessoas e instituições que contribuíram para a história e o fortalecimento do Sistema COFFITO/CREFITOs. A contratação, portanto, revela-se pertinente ao interesse público, desde que observados critérios objetivos de utilização, controle da demanda, autorização prévia das solicitações e fiscalização da conformidade dos itens fornecidos.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação deverá observar requisitos necessários e suficientes para assegurar que o objeto atenda à necessidade institucional identificada, sem inclusão de exigências excessivas, irrelevantes ou desproporcionais que possam restringir indevidamente a competitividade. O objeto consiste no fornecimento, sob demanda, de placas de homenagem em aço inox escovado e troféus de acrílico personalizados, destinados a solenidades, cerimônias, premiações, inaugurações, eventos institucionais e demais ações oficiais do COFFITO e do Sistema COFFITO/CREFITOs, conforme formalizado no Documento de Formalização da Demanda.

2.2. Por se tratar de contratação planejada por Registro de Preços, os requisitos deverão permitir fornecimento parcelado, conforme a necessidade efetiva da Administração, sem obrigação de aquisição integral dos quantitativos registrados. Essa modelagem é adequada porque a demanda por placas e troféus decorre de eventos, homenagens, solenidades e premiações que podem variar ao longo da vigência da ata, especialmente em razão das ações institucionais relacionadas à valorização profissional, à preservação da memória do COFFITO e às comemorações dos 50 anos da Autarquia. A fornecedora deverá, portanto, possuir capacidade de atendimento sob demanda, observando os prazos, quantidades e especificações aprovadas em cada solicitação.

2.3. Quanto aos requisitos técnicos das placas de homenagem, os itens deverão ser confeccionados em aço inox escovado, no tamanho aproximado de 21 cm x 15 cm, com personalização

colorida, acompanhados de estojo compatível com o tamanho da placa, confeccionado em material adequado ao acondicionamento e à apresentação institucional do item. O DFD indica que o estojo deverá ser em veludo, nas cores preto e azul-marinho, e que o quantitativo estimado para o item poderá variar até 600 unidades, conforme demanda da Administração.

2.4. Quanto aos requisitos técnicos dos troféus, estes deverão ser confeccionados em acrílico personalizado, com altura mínima de 10 cm e máxima de 20 cm, largura mínima de 10 cm e máxima de 20 cm, espessura mínima do acrílico de 0,5 cm e máxima de 1,5 cm, com possibilidade de utilização de bases do tipo caixa, simples ou dupla, conforme especificações definidas pela área requisitante. O DFD também prevê formatos e cortes sob demanda, dentro dos limites dimensionais estabelecidos, cores do acrílico em transparente, preto, branco ou colorido, impressão UV colorida diretamente no acrílico e corte a laser, com estimativa de fornecimento de até 600 unidades.

2.5. Os itens deverão possuir acabamento compatível com uso institucional e cerimonial, sem rebarbas, manchas, riscos, falhas de impressão, desalinhamentos, bordas cortantes, colagens aparentes, instabilidade da base ou qualquer defeito que comprometa a apresentação visual, a segurança de manuseio ou a finalidade de homenagem. Por se tratar de item destinado a reconhecimento público formal, a qualidade do acabamento é requisito mínimo de desempenho, não devendo ser confundida com aquisição de bem de luxo. A exigência de padrão adequado justifica-se pela finalidade pública do objeto: conferir solenidade, durabilidade, padronização e dignidade institucional aos atos oficiais de homenagem.

2.6. A personalização deverá observar as informações fornecidas pelo COFFITO em cada demanda, incluindo textos, nomes, cargos, datas, logomarcas, brasões, identidade visual, mensagens institucionais, cores e demais elementos gráficos previamente aprovados pela área requisitante. Antes da produção definitiva de cada lote, a contratada deverá encaminhar arte digital, prova visual ou leiaute para aprovação da Administração, de modo a prevenir erros de grafia, divergências de nomes, inadequação de cargos, distorções de logomarca ou inconsistências visuais. A produção somente deverá ocorrer após validação expressa do material pela unidade responsável.

2.6.1. A contratante poderá alterar o conteúdo do texto referente às placas de homenagem a qualquer tempo e, em até 10 (dez) vezes o *layout* previsto para o item 2.

2.7. A contratada deverá garantir correção ortográfica, fidelidade às informações aprovadas, compatibilidade com a identidade visual indicada pelo COFFITO e reprodução adequada das marcas institucionais fornecidas. Eventuais erros de personalização imputáveis à contratada deverão ser corrigidos sem ônus adicional à Administração, mediante substituição do item defeituoso ou reexecução do serviço de gravação/impressão, no prazo definido no Termo de Referência. Essa exigência é essencial porque placas e troféus personalizados possuem baixa possibilidade de reaproveitamento quando confeccionados com erro.

2.8. Em relação à amostra, esta deverá ser apresentada amostra física do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, para verificação da aderência às especificações, acabamento, qualidade da impressão, resistência da base, fidelidade visual e apresentação final.

2.8.1. A vencedora do certame deverá apresentar prova impressa, podendo inclusive apresentar produto já confeccionado, desde que seja do mesmo material componente, com medidas aproximadas, mesmo acabamento e similaridade em grau de personalização, em até 05 (cinco) dias úteis.

2.9. Quanto aos requisitos de prazo e local de entrega, os itens deverão ser entregues no COFFITO/DF, conforme registrado no DFD, em prazo compatível com a necessidade da Administração e com a antecedência necessária à realização dos eventos, solenidades ou cerimônias.

2.9.1. A contratada deverá apresentar prova digital e impressa dos materiais para aprovação, em até 05 (cinco) dias úteis, após encaminhamento da arte digital pelo COFFITO e assinatura do contrato.

2.9.2. A entrega dos itens, após o Pedido Oficial, deverá ser realizada em até 10 (dez) dias corridos.

2.10. A entrega deverá ser acompanhada de documento fiscal e identificação do pedido, com separação por lote, evento ou demanda, quando aplicável. Os itens deverão ser devidamente acondicionados e protegidos contra riscos, quebras, trincas, amassados, umidade e danos durante o

transporte, especialmente por se tratar de produtos personalizados e utilizados em atos cerimoniais. A contratada deverá responsabilizar-se pela substituição de itens entregues com defeito, divergência de especificação, avaria de transporte ou inadequação ao leilão aprovado.

2.11. No tocante à sustentabilidade, deverão ser observadas práticas proporcionais à natureza do objeto, com preferência por embalagens recicláveis ou reutilizáveis, redução de plásticos desnecessários, racionalização de materiais de proteção, aproveitamento eficiente de insumos, descarte adequado de resíduos de acrílico, metais, tintas, solventes, adesivos e demais materiais eventualmente utilizados no processo produtivo. A contratada deverá observar a legislação ambiental aplicável e adotar práticas de menor impacto, sem prejuízo da qualidade, durabilidade e segurança dos itens fornecidos.

2.12. Quanto aos requisitos sociais e trabalhistas, a futura contratada deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista, nos termos aplicáveis à contratação pública, inclusive quanto à regularidade perante a Fazenda Nacional, FGTS e Justiça do Trabalho, além de não estar impedida de contratar com a Administração Pública. Também deverão ser observadas vedações relacionadas ao trabalho infantil, trabalho em condições análogas à escravidão, discriminação ilícita e demais práticas incompatíveis com a função social da contratação pública.

2.13. Em relação à subcontratação, poderá ser admitida apenas de forma parcial e acessória, para a atividade complementar de transporte, desde que não haja transferência integral da responsabilidade pela execução do objeto e desde que a contratada permaneça plenamente responsável pela qualidade, prazo, conformidade, personalização e substituição dos itens.

2.14. Quanto à indicação de marca, não deverá haver exigência ou vedação de marca específica para acrílico, aço inox, impressão, corte ou estojos.

2.15. Não deverá ser permitida adesão ou carona, visto o grau de personalização dos itens e a baixa capacidade gerencial do COFFITO quando da administração de adesões e caronas.

2.16. Destaca-se por fim que não há objeto ou item equivalente constante do Catálogo Eletrônico de Padronização junto ao Portal do COMPRASGOV, tendo sido localizados os códigos aproximados abaixo, garantindo a obtenção de produtos personalizados, padronizados, duráveis e adequados ao uso institucional, assegurando qualidade mínima, controle da execução, economicidade e aderência à finalidade pública das homenagens promovidas pelo COFFITO.

Minha lista de Itens

Visualize aqui os itens adicionados, exclua ou baixe a sua lista no formato PDF, JSON, TXT ou CSV.

Itens Adicionados **2**

Desfazer

Apagar todos

Exportar

* Característica Inativa

Tipo	Código	Nome	NCM	NBS	Unidade Selecionada	Ação
M	618630	1 - Placa Homenagem Material Placa: Aço Inox Escovado Comprimento Placa: 20 CM Largura Da Placa: 15 CM Material Estojo: Estojo Auto- Expositor Aveludado Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão			Unidade	 
		2 - Troféu Material: Acrílico Acabamento Superficial: Acrílico Material Base: Acrílico Altura: 25 CM Largura: 15 CM Formato: De Acordo Projeto Características Adicionais: Personalização A Laser			Unidade	 

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. O levantamento de mercado foi realizado com a finalidade de identificar as soluções

disponíveis para atendimento da necessidade institucional de confecção de placas de homenagem em aço inox escovado e troféus de acrílico personalizados, bem como conhecer as condições usuais de fornecimento, personalização, produção, entrega, acabamento, prazos, práticas comerciais e faixas de preços praticadas no mercado. A demanda foi formalizada no DFD como contratação de placas em aço inox escovado e troféus de acrílico personalizados, ambos destinados a homenagens institucionais, com estimativa de fornecimento de até 600 unidades para cada item, entrega no COFFITO/DF e prazo pretendido de conclusão de 20 dias.

3.2. A pesquisa demonstrou que há mercado fornecedor amplo e competitivo para o objeto pretendido, composto por empresas de comunicação visual, fabricantes de troféus, gráficas especializadas, empresas de corte e gravação a laser, fornecedores de brindes corporativos, fabricantes de peças em acrílico e empresas especializadas em placas metálicas comemorativas. Não se identificou, em princípio, situação de exclusividade, escassez de fornecedores ou dependência tecnológica que impeça a disputa. Ao contrário, o mercado apresenta diversidade de fornecedores aptos a confeccionar um ou ambos os itens, com variações relevantes quanto a material, espessura, acabamento, tipo de gravação, impressão, embalagem, prazo e capacidade produtiva.

3.3. No segmento de placas de homenagem em aço inox, foram identificadas soluções usualmente confeccionadas em aço inox escovado, com gravação em baixo relevo, gravação a laser, impressão, pintura automotiva, verniz, aplicação de logomarcas e acondicionamento em estojo de veludo ou similar. Como referência de mercado, foi localizado fornecedor que comercializa placa de homenagem em aço inox com estojo de veludo, medindo 21 cm x 15 cm, com aço inox de 0,5 mm, gravação em baixo relevo, pintura automotiva, verniz, aprovação prévia de arte e prazo de produção de 7 dias úteis após aprovação da arte, pelo valor unitário de R\$ 264,90. Também foram localizadas placas em aço inox 20 cm x 30 cm com gravação a laser em valor unitário de R\$ 356,95, o que confirma a variação de preço conforme dimensão, acabamento e forma de apresentação do produto.

3.4. No segmento de troféus de acrílico, foram identificadas soluções com corte a laser, impressão UV, impressão DTF UV, bases em acrílico, MDF ou material similar, formatos personalizados, uso de acrílico transparente ou colorido e variação de dimensões. Como referência de mercado, fornecedor especializado indica troféu em acrílico personalizado com formato 155 mm x 215 mm, material em acrílico transparente, impressão colorida, acabamento com dobra e prazo de produção de 5 dias úteis + frete, com preço inicial de R\$ 40,99 por unidade para compra unitária, variando conforme quantidade e serviços adicionais de criação ou conferência de arte. Em contratação pública similar, identificou-se pregão para troféus e medalhas no qual constaram itens de troféus em acrílico de 15 cm, 20 cm e 25 cm, com corpo de 4 mm a 6 mm e base em MDF, com valores unitários adjudicados de R\$ 60,00, R\$ 79,00 e R\$ 92,00, respectivamente.

3.5. A pesquisa em contratações públicas semelhantes também demonstrou que objetos dessa natureza são usualmente contratados por órgãos e entidades públicas quando há necessidade de premiações, reconhecimentos, homenagens, eventos institucionais ou solenidades oficiais. O levantamento confirma que a solução pretendida pelo COFFITO não exige desenvolvimento tecnológico inédito, nem customização de alta complexidade, mas requer controle rigoroso de especificações, qualidade visual, fidelidade de arte, correção textual e acabamento. Como se trata de item personalizado para atos institucionais, a qualidade do produto final depende não apenas do material utilizado, mas também da conferência prévia do leilante, da nitidez da impressão ou gravação, da estabilidade do troféu, da ausência de rebarbas, riscos, trincas, manchas, desalinhamentos e erros de grafia.

3.6. Também foram identificadas diferenças relevantes entre os dois mercados: o fornecimento de placas metálicas demanda conhecimento em aço inox, gravação, corrosão, pintura, verniz, acabamento e estojos; já o fornecimento de troféus em acrílico envolve corte a laser, impressão UV, montagem de bases, polimento, colagem, espessura do acrílico e estabilidade da peça. Essa distinção reforça a adequação do parcelamento do certame por itens, permitindo que empresas especializadas em cada segmento disputem separadamente, ampliando a competitividade e evitando que o certame seja restrito a fornecedores que, eventualmente, só consigam atender um dos itens por terceirização ou revenda.

3.7. Quanto às alternativas de solução, foram avaliadas, em tese, quatro possibilidades: aquisição sob demanda mediante ata de registro de preços; contratações avulsas para cada evento; produção interna pela Administração; e substituição por certificados ou materiais impressos. A produção interna não se mostra adequada, pois exigiria equipamentos, insumos, domínio técnico de gravação, corte,

impressão, acabamento e mão de obra especializada, o que não corresponde à estrutura ordinária do COFFITO. As contratações avulsas, por sua vez, aumentariam custos administrativos, risco de urgência, variação de qualidade e perda de padronização. A substituição por certificados ou impressos não atende plenamente à finalidade simbólica e durável das homenagens institucionais. Assim, a solução de Registro de Preços para fornecimento sob demanda mostra-se mais aderente à necessidade administrativa.

3.8. A modelagem por Sistema de Registro de Preços é compatível com a natureza variável e eventual da demanda, pois os quantitativos efetivamente utilizados dependerão do calendário de eventos, solenidades, homenagens, premiações e ações comemorativas autorizadas pela Administração. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que o planejamento de compras deve considerar a expectativa de consumo anual, o processamento por registro de preços quando pertinente, a determinação de quantidades em função do consumo e utilização prováveis, bem como os princípios da padronização e do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. O Portal de Compras do Governo Federal registra que o Decreto nº 11.462/2023 regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 para tratar do Sistema de Registro de Preços na contratação de bens e serviços no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

3.9. A análise de mercado também recomenda que o Termo de Referência contenha especificações suficientemente objetivas, sem direcionamento de marca ou fornecedor, definindo materiais, dimensões, espessuras, bases, acabamentos, tipo de impressão, tipo de corte, acondicionamento, prazos, local de entrega, critérios de aceite e necessidade de aprovação prévia da arte. No caso das placas, deverão ser observadas as especificações mínimas registradas no DFD, como aço inox escovado, dimensão de 21 cm x 15 cm, estojo compatível, material em veludo e personalização colorida. No caso dos troféus, deverão ser observadas as faixas dimensionais, espessuras do acrílico, bases, cores, impressão UV direta no acrílico e corte a laser, conforme parâmetros definidos pela área requisitante.

3.10. Considerando as condições usuais do mercado, mostra-se recomendável exigir da contratada o envio de prova digital ou leiaute para aprovação prévia antes de qualquer produção, especialmente porque os próprios fornecedores do mercado operam com etapa de aprovação de arte antes da confecção definitiva, como se observou na referência de placa em aço inox que condiciona o início da produção à aprovação da arte pelo cliente. Essa prática deve ser incorporada ao fluxo contratual do COFFITO, a fim de mitigar erros de personalização, divergências de logomarca, falhas de diagramação e problemas de grafia.

3.11. No que se refere aos prazos, a pesquisa indica que fornecedores de mercado praticam prazos variáveis conforme material, quantidade, complexidade e aprovação da arte, com referências de produção de 5 a 7 dias úteis para modelos específicos, sem prejuízo do prazo adicional de frete ou de prazos superiores para grandes volumes e personalizações mais complexas. Considerando o prazo de conclusão de 20 dias indicado no DFD, entende-se que esse parâmetro é compatível com a dinâmica de mercado, desde que a Administração discipline o fluxo de solicitação com antecedência suficiente, incluindo envio dos dados da homenagem, aprovação do leiaute, produção, conferência, embalagem e entrega no COFFITO.

3.12. A pesquisa também evidenciou que a interação com potenciais fornecedores deve observar cautelas, especialmente porque se trata de objeto personalizado, com grande variação de preço em razão de qualidade do material, espessura, acabamento, estojo, base, tipo de impressão, gravação e prazo. Recomenda-se que eventuais consultas diretas sejam realizadas por comunicação formal, com envio das mesmas especificações a todos os fornecedores consultados, registro das respostas nos autos, identificação dos fornecedores que não responderam, vedação a tratativas informais que possam gerar assimetria de informação e documentação de eventual reunião técnica com presença de, ao menos, dois agentes públicos. Essas cautelas preservam a isonomia, a impessoalidade e a rastreabilidade da pesquisa de mercado.

3.13. Quanto aos riscos de mercado, foram identificados: variação de qualidade entre fornecedores; oscilação de preços de insumos como aço inox, acrílico, MDF, tintas e materiais de embalagem; risco de subcontratação não controlada; atraso por demora na aprovação de arte ou dependência de terceiros; avarias no transporte; e erro de personalização. Tais riscos são mitigáveis por meio de especificações claras, exigência de aprovação prévia de leiaute, possibilidade de amostra ou portfólio, prazos definidos, embalagem adequada, critérios de aceite, substituição obrigatória de itens desconformes e fiscalização do fornecimento por demanda.

3.14. O levantamento também reforça que a contratação não deve ser estruturada como item global único, pois os mercados de placas em aço inox e troféus em acrílico são tecnicamente distintos. A disputa por item tende a ampliar a competição, permitir propostas mais aderentes à especialidade de cada fornecedor e reduzir risco de preço artificialmente majorado por intermediação ou terceirização interna. Essa conclusão é coerente com o princípio do parcelamento previsto na Lei nº 14.133/2021 e com a natureza dos itens definidos no DFD.

3.15. Diante do levantamento realizado, conclui-se que o mercado dispõe de soluções suficientes e competitivas para a confecção de placas de homenagem em aço inox escovado e troféus de acrílico personalizados, com fornecedores aptos a atender a Administração mediante produção sob demanda, personalização por arte aprovada, prazos compatíveis e entrega no local indicado. A alternativa mais adequada para o COFFITO é a formação de Ata de Registro de Preços por itens, permitindo contratações futuras conforme a necessidade efetiva, preservando competitividade, padronização, economicidade, controle da demanda e alinhamento à finalidade pública das homenagens institucionais.

Realização de consultas públicas para coleta de contribuições:

3.16. Não aplicável ao objeto da presente demanda.

Realização de estudos sobre a possibilidade de compra ou locação:

3.17. Não aplicável ao objeto da presente demanda a locação dos produtos, visto a necessidade de serem entregues à personalidades e instituições em situações específicas.

Realização de chamamentos públicos, doações ou permutas:

3.18. Não aplicável objeto da presente demanda a utilização de produtos usados ou sem a personalização necessária atrelada à finalidade institucional dos objetos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução a ser adotada consiste na formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na confecção de placas de homenagem em aço inox escovado e troféus de acrílico personalizados, destinados ao atendimento das demandas institucionais do COFFITO em eventos, solenidades, premiações, homenagens, inaugurações, encontros institucionais, ações comemorativas e demais atividades oficiais promovidas pela Autarquia e pelo Sistema COFFITO/CREFITOs. Conforme registrado no Documento de Formalização da Demanda, o objeto contempla dois itens principais: placas de homenagem em aço inox escovado, com estojo compatível, e troféus de acrílico personalizados, ambos com estimativa de fornecimento de até 600 unidades, conforme a necessidade efetiva da Administração.

4.2. A solução compreende, em seu núcleo contratado, o fornecimento de itens personalizados de reconhecimento institucional, produzidos conforme demanda específica do COFFITO, observadas as especificações técnicas mínimas definidas pela área requisitante. No caso das placas, a solução envolve a confecção em aço inox escovado, no tamanho aproximado de 21 cm x 15 cm, com personalização colorida e fornecimento de estojo em material compatível com a apresentação institucional. No caso dos troféus, a solução envolve a produção em acrílico personalizado, com dimensões variáveis dentro dos limites definidos, impressão UV colorida diretamente no acrílico, corte a laser, possibilidade de cores diversas e bases em formatos previamente admitidos.

4.3. A solução não se resume, contudo, à simples aquisição de bens personalizados. Trata-se de

solução integrada que envolve a definição da homenagem pela Administração, a elaboração ou encaminhamento do conteúdo textual e visual, a aprovação prévia da arte, a produção dos itens, o controle de qualidade, a entrega no local indicado e o recebimento pela unidade competente. Dessa forma, cada fornecimento deverá seguir fluxo mínimo de execução: solicitação formal pela área demandante, indicação da finalidade institucional da homenagem, envio dos dados necessários à personalização, elaboração de prova digital ou leiaute pela contratada, aprovação pela Administração, produção do item, entrega e conferência quanto à conformidade do material, acabamento, grafia, identidade visual e quantidade solicitada.

4.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços é parte essencial da solução como um todo, pois a demanda por placas e troféus possui natureza variável e vinculada ao calendário institucional, às solenidades, aos eventos, às cerimônias comemorativas, às premiações e às homenagens aprovadas pela Administração. O Registro de Preços permite que o COFFITO disponha de preços previamente registrados e fornecedor apto ao atendimento sob demanda, sem obrigatoriedade de aquisição integral do quantitativo estimado, conferindo flexibilidade, planejamento e racionalidade ao gasto público. Essa modelagem evita contratações isoladas e repetitivas para objetos semelhantes, reduz custos administrativos e permite maior padronização visual e qualitativa dos itens utilizados em atos oficiais.

4.5. A solução mostra-se especialmente relevante diante do contexto institucional recente do COFFITO. As comemorações dos 50 anos da Autarquia intensificaram a realização de eventos, cerimônias, exposições, homenagens e ações voltadas à preservação da memória institucional, conforme registrado no DFD. Além disso, o novo posicionamento da atual Gestão em relação à valorização de trajetórias profissionais, científicas, administrativas e institucionais ampliou a importância das homenagens formais como instrumento de reconhecimento público, fortalecimento da identidade institucional e preservação da história do Sistema COFFITO/CREFITOs. Assim, a solução busca conferir previsibilidade e qualidade à materialização desses atos de reconhecimento.

4.6. Além dos itens diretamente contratados, a solução exige providências internas da Administração que, embora não constituam objeto de contratação, são indispensáveis para que o resultado seja alcançado. Entre essas providências estão a definição dos eventos e solenidades em que as homenagens serão realizadas, a aprovação prévia das pessoas ou instituições homenageadas, a validação dos textos e logomarcas, a observância da identidade visual do COFFITO, a conferência ortográfica e institucional das informações, a autorização da demanda pela área competente e o acompanhamento da execução pelo gestor e fiscal indicados. Sem essas etapas internas, a contratação poderia resultar em peças tecnicamente produzidas, mas desalinhadas à finalidade pública da homenagem — e placa com nome errado, Mestre, é daquelas coisas que viram processo antes mesmo de virar lembrança.

4.7. A solução também contempla a necessidade de padronização institucional. A utilização de fornecedores diferentes, em contratações pontuais e não planejadas, tende a gerar variação de materiais, dimensões, acabamento, qualidade de impressão, tonalidade, identidade visual e apresentação final. Com a ata de registro de preços, busca-se assegurar maior uniformidade na qualidade dos itens, controle sobre as especificações, previsibilidade de prazos, redução de improvisos e melhor apresentação institucional nas cerimônias oficiais. Essa padronização contribui para que as homenagens promovidas pelo COFFITO mantenham coerência visual e dignidade compatível com o caráter público e formal dos atos.

4.8. A solução deverá contemplar mecanismos de controle de qualidade e aceite, de modo que os itens entregues sejam avaliados quanto à conformidade com o leiaute aprovado, dimensões, material, acabamento, integridade física, qualidade da impressão, estabilidade da base, ausência de rebarbas, riscos, manchas, trincas, falhas de corte ou erros de personalização. A contratada deverá substituir, sem ônus adicional, os itens que apresentarem defeitos, divergência de especificação, erro imputável na personalização, dano de transporte ou desconformidade com a arte aprovada. Essa etapa é indispensável porque se trata de produtos personalizados, destinados a atos públicos e com baixa possibilidade de reaproveitamento em caso de erro.

4.9. No aspecto operacional, a entrega deverá ocorrer na sede do COFFITO, em Brasília - DF, conforme indicado no DFD, em prazo compatível com a programação dos eventos e solenidades. Por isso, a solução deve prever organização mínima dos pedidos, com antecedência suficiente para aprovação das artes, produção, embalagem, transporte, conferência e eventual correção antes da data de utilização. A Administração deverá evitar solicitações emergenciais sempre que possível, mas a existência de ata vigente permitirá maior agilidade no atendimento de demandas institucionais previamente autorizadas.

4.10. Sob a ótica da sustentabilidade, a solução deverá observar práticas compatíveis com a natureza do objeto, como racionalização do uso de materiais, redução de desperdícios, aproveitamento eficiente de insumos, preferência por embalagens recicláveis ou reutilizáveis quando possível e destinação adequada de resíduos decorrentes da produção, especialmente acrílico, metais, tintas, solventes, adesivos e materiais de proteção. A sustentabilidade, nesse caso, deve ser aplicada de forma proporcional, sem comprometer a durabilidade, a apresentação e a finalidade institucional dos itens.

4.11. Dessa forma, a solução como um todo é composta pelo conjunto integrado de etapas e elementos necessários à realização adequada das homenagens institucionais: registro de preços, fornecimento sob demanda, personalização conforme identidade visual do COFFITO, aprovação prévia de leiautes, produção das placas e troféus, controle de qualidade, entrega, recebimento, eventual substituição de itens desconformes e gestão interna das solicitações. Esse conjunto permite que o COFFITO realize homenagens oficiais com qualidade, padronização, economicidade, rastreabilidade e aderência ao interesse público, especialmente no contexto de valorização institucional decorrente das comemorações dos 50 anos da Autarquia e da diretriz da atual Gestão de fortalecer a memória, o reconhecimento e a identidade do Sistema COFFITO/CREFITOs.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. A estimativa das quantidades para a presente contratação foi definida a partir da necessidade institucional de formação de Registro de Preços para futura e eventual confecção de placas de homenagem em aço inox escovado e troféus de acrílico personalizados, destinados a eventos, solenidades, premiações, homenagens, inaugurações, ações comemorativas e demais atividades oficiais promovidas pelo COFFITO e pelo Sistema COFFITO/CREFITOs. Conforme registrado no DFD, o objeto está estruturado em dois itens distintos: Item 1 — placas de homenagem em aço inox escovado e Item 2 — troféus de acrílico personalizados, ambos com quantitativo estimado em até 600 unidades.

5.2. Registra-se que esta é a primeira contratação dessa natureza no âmbito do COFFITO, conforme informação constante do DFD, que assinala inexistência de contratações anteriores para o objeto. Por essa razão, a estimativa não se baseia em série histórica consolidada de consumo, mas em projeção de demanda provável, considerando o calendário institucional, a intensificação das cerimônias de homenagem, as ações comemorativas dos 50 anos do COFFITO, a preservação da memória institucional e o novo posicionamento da atual Gestão quanto à valorização pública de profissionais, autoridades, pesquisadores, conselheiros, colaboradores e demais pessoas ou instituições que tenham contribuído para o fortalecimento da Fisioterapia, da Terapia Ocupacional e do Sistema COFFITO/CREFITOs.

5.3. A Lei nº 14.133/2021 não exige que a Administração possua quantitativo absolutamente exato quando estiver diante de demanda futura, variável e ainda sem histórico consolidado. Ao contrário, o art. 40, inciso III, estabelece que o planejamento das compras deve determinar unidades e quantidades “em função de consumo e utilização prováveis”, cuja estimativa será obtida, “sempre que possível”, mediante adequadas técnicas quantitativas. A redação legal evidencia que a Administração deve estimar com racionalidade e motivação, mas admite que, em determinadas situações, especialmente na primeira contratação do objeto, a definição decorra de projeção fundamentada de utilização provável, e não de consumo histórico exato.

5.4. No caso específico do Sistema de Registro de Preços, a Lei nº 14.133/2021 reforça essa lógica de estimativa e de flexibilidade. O art. 82 prevê que o edital de licitação para registro de preços deve indicar, entre outros elementos, a quantidade máxima que poderá ser adquirida e a quantidade mínima a ser cotada, além de admitir que o licitante ofereça proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto, obrigando-se nos limites de sua proposta. Essa estrutura demonstra que o SRP trabalha com parâmetros de demanda e limites de contratação, e não com obrigação de aquisição integral de todo o quantitativo estimado.

5.5. A legislação também contempla expressamente a situação de primeira contratação do objeto. O art. 82, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 admite tratamento próprio quando se tratar da primeira licitação para o objeto e o órgão ou entidade não possuir registro de demandas anteriores; nessa hipótese, a Administração deve instruir adequadamente o processo, indicar o valor máximo da despesa e

observar as cautelas próprias do SRP. Esse dispositivo é especialmente aplicável ao caso concreto, pois o DFD registra que não houve contratação anterior para placas e troféus de homenagem com essas características, justificando a adoção de quantitativos estimados como teto de planejamento, e não como consumo obrigatório.

5.6. Além disso, o art. 83 da Lei nº 14.133/2021 dispõe que a existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Administração a contratar. Essa regra é central para a presente estimativa, pois o quantitativo de até 600 unidades por item representa limite máximo para atendimento das demandas durante a vigência da ata, sem impor ao COFFITO o dever de adquirir todas as unidades registradas. Em outras palavras, a ata funciona como prateleira jurídica e econômica: o preço fica registrado, mas a Administração só retira dela aquilo que a necessidade pública justificar.

5.7. A memória de cálculo adotada considera, portanto, dois parâmetros principais: a inexistência de histórico de consumo específico e a expectativa de demandas futuras associadas aos eventos institucionais do COFFITO. Para o Item 1, estima-se o quantitativo máximo de 600 placas de homenagem, destinadas a reconhecimentos formais em solenidades, inaugurações, cerimônias, galerias, eventos comemorativos e demais atos oficiais. Para o Item 2, estima-se o quantitativo máximo de 600 troféus de acrílico personalizados, destinados a premiações, homenagens, reconhecimentos públicos, eventos de valorização profissional e ações institucionais correlatas.

5.8. A definição do quantitativo máximo de 600 unidades por item também decorre da necessidade de conferir flexibilidade ao planejamento, considerando que o uso dos itens pode variar conforme o número de eventos realizados, a quantidade de homenageados por solenidade, a participação do COFFITO em ações de abrangência nacional, a realização de encontros com os CREFITOS e o calendário de cerimônias decorrentes do ciclo comemorativo dos 50 anos da Autarquia. Como se trata de itens personalizados e acionados sob demanda, a estimativa elevada como teto não implica aquisição imediata, estoque desnecessário ou pagamento antecipado, mas apenas reserva de capacidade contratual para atendimento futuro, mediante autorização específica de cada fornecimento.

5.9. Para fins de controle, recomenda-se que cada ordem de fornecimento seja precedida de justificativa da demanda, identificação do evento ou homenagem, indicação do quantitativo necessário, aprovação da arte e autorização da unidade competente. Essa rotina permitirá que a Administração acompanhe o consumo efetivo da ata e, ao final de sua vigência, disponha de histórico real para aperfeiçoar contratações futuras. Assim, a primeira contratação também cumprirá função de aprendizado institucional: além de atender às demandas atuais, permitirá formar base histórica de consumo para próximos planejamentos.

5.10. Dessa forma, a estimativa das quantidades fica assim estruturada: Item 1 — placas de homenagem em aço inox escovado: quantidade mínima estimada por demanda de 1 unidade e quantidade máxima registrada de até 600 unidades; Item 2 — troféus de acrílico personalizados: quantidade mínima estimada por demanda de 1 unidade e quantidade máxima registrada de até 600 unidades. A contratação deverá ocorrer sob demanda, conforme necessidade efetiva do COFFITO, respeitados os limites máximos registrados e sem obrigação de consumo integral da ata.

5.11. Conclui-se, portanto, que os quantitativos estimados são adequados à natureza do objeto, à ausência de histórico anterior, à modelagem por Registro de Preços e à necessidade de atendimento de demandas futuras e variáveis. A estimativa encontra amparo no art. 40, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza o planejamento com base em consumo e utilização prováveis, bem como nas regras do Sistema de Registro de Preços, especialmente os arts. 82 e 83 da mesma Lei, que admitem a fixação de quantitativos máximos e afastam a obrigatoriedade de contratação integral dos itens registrados.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

6.1. A estimativa do preço da contratação foi elaborada com a finalidade de subsidiar a análise de viabilidade econômica da solução pretendida e de definir parâmetro objetivo para o futuro certame, considerando a contratação de empresa especializada na confecção de placas e troféus institucionais personalizados, mediante Sistema de Registro de Preços. Conforme o Termo de Referência nº 50/2026, o

objeto está estruturado em dois itens: Item 1 — Confecção de placa, com quantitativo estimado de 600 unidades, e Item 2 — Confecção de troféu, também com quantitativo estimado de 600 unidades.

6.2. A metodologia de formação do preço estimado observou as diretrizes da Instrução Normativa SEGES nº 65/2021, que disciplina o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços nas aquisições de bens e contratações de serviços em geral no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, sob a égide da Lei nº 14.133/2021. A Justificativa de Preços informa que a pesquisa foi realizada com utilização combinada de fontes públicas e privadas, contemplando sistemas oficiais de governo, contratações similares da Administração Pública, pesquisa em mídia especializada e consulta direta a fornecedores.

6.3. No caso concreto, foram consultadas referências no módulo de Pesquisa de Preços do Compras.gov.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, em contratações realizadas por Conselhos de Fiscalização Profissional, em páginas eletrônicas de fornecedores e em propostas comerciais recebidas diretamente pelo COFFITO. A utilização de múltiplas fontes é adequada porque o objeto possui natureza personalizada, com variações de preço decorrentes de material, acabamento, tipo de gravação ou impressão, complexidade da arte, acondicionamento, prazos e quantidade demandada.

6.4. Para o Item 1 — Confecção de placa, a pesquisa identificou valores oriundos de fontes públicas e privadas, incluindo média de pesquisa no Compras.gov, contratações similares de Conselhos Profissionais, valores divulgados por fornecedores em sítios eletrônicos e propostas comerciais encaminhadas ao COFFITO. A cesta final de preços considerou referências como ACRINOX, Editora Gráfica Fator, Conselho Regional de Contabilidade de Goiás, Energia Visual, Conselho Federal de Medicina, Elo7, Valdô Placas, Mídia Impressa, média do Compras.gov e Conselho Federal de Fonoaudiologia, resultando no valor estimado unitário de R\$ 197,86 para cada placa.

6.5. Considerando o quantitativo estimado de 600 unidades para o Item 1, a memória de cálculo é a seguinte: $600 \text{ placas} \times \text{R\$ } 197,86 = \text{R\$ } 118.716,00$. Assim, o valor total estimado para o item referente à confecção de placas de homenagem é de R\$ 118.716,00, conforme os documentos anexos ao Processo.

6.6. Para o Item 2 — Confecção de troféu, também foram consideradas referências de mercado obtidas em fontes públicas e privadas. A Justificativa de Preços aponta valores oriundos de propostas comerciais, contratações similares e pesquisas em fornecedores como ACRINOX, Editora Gráfica Fator, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina, Conselho Regional de Medicina de Goiás, Amazon, Afixgraf, Conselho Regional de Medicina de São Paulo, Acrílicos Recife e média da Pesquisa de Preços do Compras.gov. A consolidação desses dados resultou no valor estimado unitário de R\$ 195,26 para cada troféu.

6.7. Considerando o quantitativo estimado de 600 unidades para o Item 2, a memória de cálculo é a seguinte: $600 \text{ troféus} \times \text{R\$ } 195,26 = \text{R\$ } 117.156,00$. Assim, o valor total estimado para o item referente à confecção de troféus institucionais personalizados é de R\$ 117.156,00.


6.8. Dessa forma, o valor global estimado da contratação corresponde à soma dos dois itens: R\$ 118.716,00, relativo às placas, acrescido de R\$ 117.156,00, relativo aos troféus, totalizando R\$ 235.872,00. Esse montante deverá servir como parâmetro máximo estimado para o certame, observada a natureza do Sistema de Registro de Preços, no qual os quantitativos indicados representam estimativa de demanda e limite de contratação, não obrigação de aquisição integral pela Administração.

6.9. Com base nos valores levantados em todas as fontes consultadas, temos os custos unitários máximos estimados, que balizarão o certame para a contratação, conforme o quadro abaixo:

<u>ÓRGÃO / FORNECEDOR - PLACA</u>	<u>VALOR MÉDIO UNITÁRIO</u>
ACRINOX	R\$ 265,00
EDITORA GRÁFICA FATOR	R\$ 230,00
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO GOIAS	R\$ 215,00
ENERGIA VISUAL - energiavisual.com.br/produtos	R\$ 210,00

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA	R\$ 200,00
ELO7 - www.elo7.com.br	R\$ 193,90
VALDÔ - www.valdoplacas.com.br	R\$ 192,60
MÍDIA IMPRESSA	R\$ 170,00
MÉDIA - PESQUISA DE PREÇOS - COMPRASGOV	R\$ 157,10
CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA	R\$ 145,00
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	<u>R\$ 197,86</u>
VALOR MÉDIO GLOBAL (600 unidades)	R\$ 118.716,00

<u>ÓRGÃO / FORNECEDOR - TROFÉU</u>	<u>VALOR MÉDIO UNITÁRIO</u>
ACRINOX	R\$ 480,00
EDITORA GRÁFICA FATOR	R\$ 330,00
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA	R\$ 300,00
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE GOIÁS	R\$ 190,00
AMAZON - www.amazon.com.br	R\$ 168,00
AFIXGRAF - loja.afixgraf.com.br	R\$ 160,90
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE SÃO PAULO	R\$ 153,81
ACRÍLICOS RECIFE - www.acrilicosrecife.com.br	R\$ 140,00
MÉDIA - PESQUISA DE PREÇOS - COMPRASGOV	R\$ 119,39
VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	<u>R\$ 195,26</u>
VALOR MÉDIO GLOBAL (600 unidades)	R\$ 117.156,00

 Para o cálculo do valor médio, foram desconsideradas as contratações com preços muito acima dos outros prospectados.

6.10. A composição da cesta de preços demonstra que houve preocupação em evitar distorções decorrentes de valores isolados ou excessivamente discrepantes. A Justificativa de Preços registra que, para o cálculo do valor médio, foram desconsideradas contratações com preços muito acima dos demais valores prospectados, medida que contribui para maior coerência da estimativa e evita superavaliação do valor de referência.

6.11. Sob o enfoque da economicidade, a estimativa obtida mostra-se adequada porque foi construída a partir de referências diversificadas, contemplando preços públicos, contratações similares, fornecedores de mercado e propostas comerciais. Essa metodologia reduz o risco de adoção de valor artificialmente elevado ou incompatível com a realidade do mercado, ao mesmo tempo em que preserva margem suficiente para obtenção de produtos personalizados com qualidade, acabamento, prazo e padrão institucional compatíveis com a finalidade pública da contratação.

6.12. Sob o enfoque da eficiência, a definição prévia dos valores unitários estimados por item permite melhor julgamento das propostas, maior controle da futura Ata de Registro de Preços e acompanhamento objetivo dos custos durante a execução. A separação entre placas e troféus é relevante porque os itens possuem materiais, processos produtivos, acabamentos e mercados distintos, o que recomenda avaliação individualizada dos preços e evita composição global que possa mascarar sobrepreço em um dos itens.

6.13. Sob o enfoque da efetividade, a estimativa de preços deve permitir a contratação de fornecedor apto a entregar os objetos personalizados com qualidade mínima, observando os requisitos do Termo de Referência quanto à personalização, apresentação de prova, entrega no prazo, substituição de itens defeituosos e conformidade com os modelos referenciais inseridos no TR. O próprio Termo de Referência prevê que a proposta deve contemplar todos os custos necessários à execução, incluindo matéria-prima, personalização, tratamento gráfico, inserção de textos, logomarcas, preparação de arquivos, provas, impressão, corte, acabamento, embalagem, transporte, tributos, frete, substituições e demais despesas diretas ou indiretas.

6.14. Registra-se, ainda, que a estimativa de valor deve ser compreendida em harmonia com a modelagem por Registro de Preços. Assim, embora o valor global estimado seja de R\$ 235.872,00, a Administração somente contratará conforme suas necessidades efetivas, mediante pedidos de fornecimento relacionados a eventos, solenidades, premiações, homenagens e demais ações institucionais autorizadas. Em termos práticos, Mestre, a Ata registra o caminho e o preço; quem autoriza a caminhada é a demanda pública devidamente justificada.

6.15. Diante do exposto, conclui-se que o valor unitário estimado de R\$ 197,86 (cento e noventa e sete reais e, oitenta e seis centavos), para o Item 01 e R\$ 195,26 (cento e noventa e cinco reais e, vinte e seis centavos) para o Item 02, encontra-se devidamente justificado e compatível com os parâmetros de mercado levantados, servindo como base adequada para a análise de viabilidade econômica da contratação e parâmetro para a instrução do Pregão para Registro de Preços.

7. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO

7.1. A presente contratação deverá ser parcelada por itens, considerando que o objeto é composto por dois bens distintos, com características técnicas, materiais, processos produtivos, acabamentos e dinâmicas de mercado próprias: Item 1 — placas de homenagem em aço inox escovado, com estojo compatível; e Item 2 — troféus de acrílico personalizados, com impressão UV e corte a laser. Conforme registrado no Documento de Formalização da Demanda, as placas possuem especificações próprias, como material em aço inox escovado, dimensão de 21 cm x 15 cm, personalização colorida e fornecimento de estojo em veludo, enquanto os troféus possuem outra composição material e produtiva, envolvendo acrílico, dimensões variáveis, bases diversas, impressão UV, corte a laser e cores sob demanda.

7.2. A adoção do parcelamento por item encontra fundamento no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual o planejamento das compras deve observar, entre outros aspectos, o princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. A mesma norma determina que, na aplicação desse princípio, devem ser considerados a viabilidade da divisão do objeto em lotes, o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, sempre que possível, a busca da ampliação da competição e a prevenção da concentração de mercado.

7.3. No caso concreto, a divisão do objeto em itens é tecnicamente viável porque as placas e os troféus não formam um sistema único e integrado, nem possuem dependência funcional entre si. A Administração pode demandar placas em determinada cerimônia, troféus em outra, ou ambos simultaneamente, sem que a execução de um item dependa da execução do outro. Cada item possui especificação, unidade de fornecimento, método de produção, preço unitário, quantitativo e critério de aceite próprios, o que permite julgamento independente, contratação autônoma e fiscalização objetiva de cada fornecimento.

7.4. Sob a perspectiva econômica e competitiva, o parcelamento por item tende a ampliar o universo de potenciais fornecedores. Há empresas especializadas em gravação e confecção de placas

metálicas que podem não atuar com troféus em acrílico, assim como há fornecedores especializados em comunicação visual, corte a laser e impressão UV em acrílico que podem não produzir placas em aço inox com estojo. A realização de certame em item único poderia restringir indevidamente a competição ao exigir que todos os licitantes tivessem capacidade de fornecer ambos os produtos, afastando empresas aptas a atender plenamente apenas um dos itens. Logo, a separação por item favorece a competitividade, a obtenção de melhores preços e a seleção da proposta mais vantajosa para cada tipo de produto.

7.5. O parcelamento também se revela compatível com a modelagem por Sistema de Registro de Preços, uma vez que a futura aquisição ocorrerá conforme a demanda efetiva da Administração, sem obrigação de consumo integral dos quantitativos registrados. O Decreto nº 11.462/2023 admite a adoção do SRP quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações frequentes, entregas parceladas, atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou quando não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Tais hipóteses se ajustam ao presente caso, pois a demanda por placas e troféus dependerá do calendário de eventos, cerimônias, premiações, homenagens e ações comemorativas do COFFITO e do Sistema COFFITO/CREFITOs.

7.6. A divisão por item não compromete a padronização institucional pretendida, pois a Administração poderá definir, no Termo de Referência, requisitos mínimos de material, dimensões, acabamento, personalização, identidade visual, embalagem, prazo de entrega, prova de arte e critérios de aceite para cada produto. Assim, ainda que fornecedores diferentes sejam vencedores de itens distintos, a padronização será preservada por meio das especificações técnicas e da aprovação prévia dos leiautes pela área requisitante, não havendo risco relevante ao conjunto da solução.

7.7. Também não se identifica, no presente caso, hipótese legal que recomende o não parcelamento. O art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 prevê que o parcelamento não será adotado quando a economia de escala, a redução de custos de gestão contratual ou a maior vantagem recomendar a compra do item do mesmo fornecedor; quando o objeto configurar sistema único e integrado com risco ao conjunto; ou quando processo de padronização ou escolha de marca levar a fornecedor exclusivo. Nenhuma dessas situações se apresenta de forma predominante na demanda: os itens são tecnicamente autônomos, não há fornecedor exclusivo, não há marca específica a ser indicada e a eventual gestão de dois itens na mesma ata não representa complexidade desproporcional frente ao ganho esperado de competitividade.

7.8. Ademais, a contratação por itens permite que a Administração obtenha preços registrados mais aderentes à realidade de cada mercado específico. Caso fosse exigido que um único fornecedor apresentasse proposta global para placas e troféus, haveria risco de formação de preço menos eficiente, com eventual majoração decorrente de terceirização interna, revenda ou composição artificial de itens fora da especialidade principal do licitante. Ao permitir disputa separada, o COFFITO possibilita que cada empresa concorra no item em que possui maior capacidade técnica, produtiva e comercial, o que tende a favorecer a economicidade e a qualidade do fornecimento.

7.9. O parcelamento por item também facilita a gestão da demanda durante a vigência da ata. Como as homenagens institucionais podem exigir produtos distintos conforme a natureza do evento — placas para reconhecimentos formais, inaugurações ou homenagens institucionais; troféus para premiações, destaques e solenidades específicas —, a Administração poderá acionar apenas o item necessário em cada ocasião, com controle mais preciso de saldos, custos e entregas. Essa estrutura evita aquisições desnecessárias e permite melhor aderência entre o gasto público e a necessidade efetivamente verificada.

7.10. Dessa forma, a realização do certame por itens mostra-se tecnicamente adequada, juridicamente compatível e economicamente vantajosa. A solução preserva a unidade do planejamento, mas permite julgamento e fornecimento independentes para os dois produtos, ampliando a competitividade, evitando concentração de mercado, aproveitando as peculiaridades dos segmentos de produção de aço inox e acrílico, e assegurando maior flexibilidade para atendimento das demandas institucionais do COFFITO.

7.11. Conclui-se, portanto, que o parcelamento da solução por itens é a alternativa mais apropriada para a presente contratação, devendo o certame ser estruturado com, no mínimo, dois itens autônomos: Item 1 — placas de homenagem em aço inox escovado, e Item 2 — troféus de acrílico personalizados. Essa modelagem atende ao princípio do parcelamento, amplia a competitividade, favorece

a economicidade e não compromete a padronização ou a finalidade pública da contratação..

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

8.1. A presente contratação, voltada à formação de Registro de Preços para confecção de placas de homenagem em aço inox escovado e troféus de acrílico personalizados, possui correlação direta com as ações institucionais de comunicação, cerimonial, eventos, memória institucional e valorização profissional promovidas pelo COFFITO e pelo Sistema COFFITO/CREFITOs. Conforme registrado no DFD, os itens serão destinados a homenagens em eventos, solenidades, encontros institucionais, inaugurações, atividades comemorativas e demais ações oficiais, especialmente no contexto de preservação da memória institucional e de reconhecimento de profissionais, autoridades, pesquisadores, conselheiros e colaboradores que contribuíram para o fortalecimento da Fisioterapia, da Terapia Ocupacional e do próprio Sistema COFFITO/CREFITOs.

8.2. Como contratações correlatas, destacam-se aquelas relacionadas à organização de eventos institucionais, cerimonial, comunicação visual, material gráfico, produção de peças institucionais, serviços de design, identidade visual, montagem de espaços, exposições, registros audiovisuais, ações comemorativas e demais iniciativas de comunicação pública. Tais contratações não se confundem com o objeto ora analisado, mas podem dialogar diretamente com ele, pois as placas e troféus de homenagem usualmente são utilizados em cerimônias, premiações, solenidades e eventos oficiais que também demandam estrutura de apoio, roteiro cerimonial, divulgação, ambientação, convites, materiais institucionais e cobertura de comunicação.

8.3. A demanda também guarda correlação com as ações comemorativas dos 50 anos do COFFITO, que, segundo o DFD, envolveram congressos, palestras, produção de documentário histórico, exposições institucionais, galeria de ex-presidentes, homenagens e outras iniciativas voltadas à preservação da memória institucional. Nesse cenário, as placas e troféus não representam objetos isolados, mas instrumentos materiais de reconhecimento utilizados em ações institucionais mais amplas, razão pela qual a área demandante deve compatibilizar a utilização da futura ata com o calendário de eventos, solenidades e homenagens programadas pela Administração.

8.4. Não se identifica, contudo, contratação interdependente em sentido estrito que condicione a existência ou a execução da presente ata. A confecção de placas e troféus pode ser contratada e executada de forma autônoma, desde que a Administração emita as demandas específicas, aprove as artes, indique os textos, logomarcas, nomes dos homenageados, datas, eventos e demais elementos necessários à personalização. Assim, a contratação não depende, tecnicamente, da celebração prévia de outro contrato para produzir seus efeitos, embora seu uso esteja naturalmente associado a eventos, solenidades e ações institucionais.

8.5. As principais interdependências são, portanto, de natureza interna e operacional, relacionadas ao correto fluxo de solicitação, aprovação e utilização dos itens. Para cada demanda, será necessário que a unidade requisitante indique a finalidade da homenagem, o evento ou solenidade correspondente, a autoridade competente para autorizar o reconhecimento, os dados completos do homenageado, o texto a ser gravado ou impresso, a identidade visual aplicável e o prazo necessário para produção e entrega. Sem essas informações, a contratada não terá condições de produzir itens personalizados com segurança, e a Administração ficará exposta a riscos de erro, retrabalho, atraso ou inutilização do material.

8.6. Também constitui providência interdependente a aprovação prévia da arte ou leiaute pela área competente, especialmente pelo setor de comunicação e eventos, de modo a garantir a conformidade com a identidade visual do COFFITO, a correção ortográfica dos textos, a fidelidade de nomes, cargos, datas e logomarcas, bem como a adequação estética do produto final. Essa etapa é relevante porque placas e troféus personalizados possuem baixa possibilidade de reaproveitamento em caso de erro, sendo necessário que a produção definitiva somente ocorra após validação expressa da Administração.

8.7. No aspecto logístico, a contratação se relaciona com o planejamento de eventos e solenidades quanto a prazos, local de entrega, armazenamento temporário e disponibilidade dos itens antes

da data de utilização. O DFD indica o COFFITO/DF como local de entrega/execução e aponta prazo de conclusão de 20 dias, elementos que deverão ser compatibilizados com o calendário institucional, a antecedência necessária para aprovação de artes e a programação dos eventos. Em demandas cerimoniais, eventual atraso na entrega pode comprometer a finalidade da homenagem, razão pela qual a gestão da ata deverá observar prazos mínimos de solicitação e mecanismos de acompanhamento.

8.8. A futura ata também poderá ser correlata a eventuais demandas do Sistema COFFITO/CREFITOs, caso a Administração delibere pela utilização dos itens em eventos de abrangência sistêmica, encontros com Conselhos Regionais ou ações conjuntas de valorização profissional. Nesses casos, recomenda-se que as solicitações sejam centralizadas e previamente autorizadas, com critérios objetivos de uso, a fim de evitar dispersão de pedidos, duplicidade de homenagens ou utilização desalinhada com a finalidade institucional da contratação.

8.9. Dessa forma, conclui-se que a contratação possui diversas correlações institucionais com eventos, comunicação, cerimonial, memória institucional e ações comemorativas, especialmente aquelas decorrentes dos 50 anos do COFFITO e da diretriz da atual Gestão de fortalecer as homenagens oficiais. Todavia, não há contratação externa indispensável à sua execução. As interdependências relevantes concentram-se em providências internas de planejamento, autorização, envio de informações, aprovação de artes, controle de prazos, recebimento, conferência e utilização dos itens, as quais deverão ser observadas para assegurar que a ata de registro de preços produza resultados adequados, padronizados e alinhados ao interesse público.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

9.1. O orçamento programa e o Plano de Contratação Anual (PCA) relacionados ao exercício financeiro de 2026 do COFFITO foram aprovados em reunião plenária própria e nele houve a previsão de demandas específicas para o Departamento de Comunicação e Eventos.

9.2. A despesa estará alocada em dotação orçamentária própria do COFFITO na rubrica 6.2.2.1.1.02.01.03.002 - Maquinas, Equipamentos e Aparelhos.

coffito-br

COFFITO - CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
CNPJ: 00.487.140/0001-36



Data: 05/05/2026

Disponibilidade orçamentária

Conta: 6.2.2.1.1.02.01.03.002-Maquinas, Equipamentos e Aparelhos					
Despesa	Na data	No Exercício	Saldo	Na data	No Exercício
PRÉ-EMPENHADO	0,00	0,00	ORÇAMENTÁRIO DESBLOQ.	3.985.030,05	3.985.030,05
EMPENHADO	14.969,95	14.969,95	ORÇAMENTÁRIO OFICIAL	3.985.030,05	3.985.030,05
LIQUIDADO	0,00	0,00	A LIQUIDAR	14.969,95	14.969,95
PAGO	0,00	0,00	A PAGAR	0,00	0,00

Observação: Placas em aço inox escovado e Troféus de Acrílico (Personalizados para homenagens)

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. A contratação pretendida busca assegurar ao COFFITO a disponibilidade de solução padronizada, eficiente e tempestiva para a confecção de placas de homenagem em aço inox escovado e troféus de acrílico personalizados, destinados à utilização em eventos, solenidades, premiações, inaugurações, encontros institucionais, ações comemorativas e demais atos oficiais promovidos pela Autarquia e pelo Sistema COFFITO/CREFITOs. Conforme registrado no DFD, a demanda decorre da necessidade de reconhecer publicamente profissionais, autoridades, pesquisadores, conselheiros e colaboradores que contribuíram para o fortalecimento da Fisioterapia, da Terapia Ocupacional e do próprio Sistema, especialmente no contexto das ações de valorização institucional e preservação da

memória do COFFITO.

10.2. Sob o enfoque da eficácia, espera-se que a contratação permita à Administração atender adequadamente às demandas institucionais de homenagem e reconhecimento público, mediante fornecimento de itens personalizados, compatíveis com a identidade visual do COFFITO, com qualidade de acabamento, durabilidade, correção das informações e apresentação condizente com a natureza formal dos atos administrativos e cerimoniais. O resultado pretendido é que cada homenagem realizada disponha de suporte material adequado, capaz de representar, de forma digna e permanente, o reconhecimento institucional conferido pela Autarquia.

10.3. A contratação também busca fortalecer a memória institucional do COFFITO, especialmente em razão das comemorações dos 50 anos da Autarquia, marco que intensificou a realização de cerimônias, premiações, homenagens, exposições e demais ações voltadas ao registro histórico da trajetória do Conselho Federal e do Sistema COFFITO/CREFITOs. O DFD registra que, no contexto dos 50 anos, foram realizadas ações comemorativas como congressos, palestras, documentário histórico, exposições institucionais, galeria de ex-presidentes, homenagens e iniciativas de preservação da memória institucional. Assim, as placas e troféus pretendidos não se limitam à função estética ou protocolar, mas integram a política institucional de valorização de trajetórias, reconhecimento de contribuições relevantes e consolidação da história das profissões regulamentadas.

10.4. Sob o enfoque da eficiência, a formação de Ata de Registro de Preços permitirá reduzir contratações avulsas, emergenciais ou repetitivas para objetos semelhantes, conferindo maior racionalidade administrativa, previsibilidade de preços, padronização de especificações e agilidade no atendimento das demandas. Como as homenagens institucionais podem surgir em diferentes momentos do calendário, a ata permitirá que a Administração acione o fornecedor conforme a necessidade efetiva, evitando a abertura de múltiplos processos para aquisições pontuais, com ganho de tempo para a área demandante, para a área de licitações e para a fiscalização contratual.

10.5. No eixo da economicidade, espera-se que o Registro de Preços favoreça a obtenção de condições comerciais mais vantajosas, considerando a estimativa de demanda durante a vigência da ata e a possibilidade de contratação sob demanda, sem obrigação de aquisição integral dos quantitativos registrados. A modelagem por SRP permite compatibilizar a flexibilidade da demanda com maior controle dos preços, evitando aquisições isoladas em momentos de urgência, quando a Administração tende a ter menor poder de negociação.

10.6. Como resultado de padronização institucional, pretende-se que as homenagens oficiais do COFFITO passem a observar especificações previamente definidas de material, dimensão, acabamento, personalização, embalagem, aprovação de leiaute e controle de qualidade. Essa padronização tende a reduzir variações indevidas entre peças produzidas por fornecedores diferentes, assegurar maior uniformidade visual nos eventos oficiais e fortalecer a identidade institucional da Autarquia. A padronização também favorece a fiscalização, pois permite comparar cada entrega com requisitos objetivos definidos no Termo de Referência e com a arte previamente aprovada pela Administração.

10.7. A contratação deverá contribuir, ainda, para a melhoria da gestão do planejamento cerimonial e de eventos, permitindo que o setor competente disponha de instrumento contratual apto a atender demandas recorrentes com antecedência adequada. O resultado pretendido é reduzir improvisações, atrasos, retrabalhos e riscos de não atendimento de homenagens previamente autorizadas, especialmente em solenidades com data certa. Em objetos personalizados, a antecedência e o controle do fluxo de aprovação são decisivos, pois erro em nome, cargo, data, logomarca ou texto pode inutilizar a peça — e troféu com grafia errada é homenagem que vira “case” de gestão de riscos antes mesmo do coffee break.

10.8. Também se pretende obter maior controle e rastreabilidade das solicitações de homenagem, mediante registro da demanda, indicação da finalidade institucional, autorização da área competente, aprovação prévia da arte, conferência do item entregue e aceite formal. Esse fluxo permitirá demonstrar que as placas e troféus foram utilizados em situações compatíveis com o interesse público, evitando uso indiscriminado, desvios de finalidade ou aquisições sem motivação suficiente. Tal controle é especialmente importante porque o objeto envolve itens simbólicos de reconhecimento, cujo uso deve estar vinculado a eventos, premiações, solenidades e homenagens institucionalmente justificadas.

10.9. No aspecto da efetividade institucional, espera-se que as placas e troféus contribuam para

reforçar a imagem pública do COFFITO como entidade que valoriza a trajetória de seus profissionais, dirigentes, colaboradores, pesquisadores e parceiros institucionais. As homenagens, quando bem planejadas, comunicam reconhecimento, pertencimento e continuidade histórica, fortalecendo vínculos entre a Autarquia, os CREFITOs, os profissionais e a sociedade. Esse resultado é coerente com o novo posicionamento da atual Gestão, que passou a conferir maior relevância às ações de reconhecimento institucional e à valorização pública de contribuições relevantes para o Sistema COFFITO/CREFITOs.

10.10. A contratação também deverá produzir resultados de qualidade e segurança na execução, mediante exigência de itens sem falhas de acabamento, sem riscos, trincas, rebarbas, manchas, erros de impressão, desalinhamentos ou defeitos que comprometam a utilização cerimonial. Pretende-se que as entregas sejam realizadas no prazo definido, no local indicado pelo COFFITO/DF, devidamente acondicionadas e protegidas, com substituição de itens desconformes quando necessário. O DFD indica o COFFITO/DF como local de entrega/execução e prazo de conclusão de 20 dias, elementos que deverão orientar o planejamento da execução e do recebimento.

10.11. Como parâmetros de verificação dos resultados, poderão ser considerados, entre outros: cumprimento dos prazos de entrega; conformidade dos materiais com as especificações; aprovação prévia dos leiautes; ausência ou baixa incidência de erros de personalização; substituição tempestiva de itens defeituosos; regularidade do acondicionamento; satisfação da área requisitante quanto à qualidade visual e funcional dos itens; e aderência das solicitações ao calendário de eventos e homenagens autorizadas. Esses elementos permitirão ao gestor e ao fiscal avaliar se a ata efetivamente contribuiu para a eficiência, economicidade e padronização das homenagens institucionais.

10.12. Dessa forma, os resultados pretendidos com a contratação consistem em garantir ao COFFITO instrumento eficiente para atendimento de demandas de homenagem institucional, com qualidade, padronização, economicidade, controle e tempestividade, fortalecendo a memória institucional, a valorização profissional, a identidade do Sistema COFFITO/CREFITOs e a capacidade da Administração de realizar solenidades e reconhecimentos oficiais de forma planejada, moderada e aderente ao interesse público.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

11.1. Para viabilizar a futura contratação, a Administração deverá adotar providências de natureza organizacional, processual, técnica, logística e documental, compatíveis com o objeto pretendido, consistente na formação de Registro de Preços para confecção de placas de homenagem em aço inox escovado e troféus de acrílico personalizados, destinados a eventos, solenidades, premiações, inaugurações, homenagens institucionais, ações comemorativas e demais atividades oficiais do COFFITO e do Sistema COFFITO/CREFITOs. Inicialmente, deverá ser consolidado o planejamento interno da demanda, com a definição dos eventos, solenidades, premiações e homenagens já previsíveis no calendário institucional, especialmente aquelas relacionadas à continuidade das ações comemorativas dos 50 anos do COFFITO, à preservação da memória institucional e ao novo posicionamento da atual Gestão quanto à valorização de profissionais, autoridades, pesquisadores, conselheiros, colaboradores e demais pessoas ou instituições que tenham contribuído para o fortalecimento da Fisioterapia, da Terapia Ocupacional e do Sistema COFFITO/CREFITOs. Essa providência permitirá que a ata de registro de preços seja utilizada de forma planejada, moderada e vinculada a finalidades públicas concretas, evitando demandas improvisadas ou desconectadas da missão institucional.

11.2. A Administração deverá definir previamente o fluxo interno de solicitação das placas e troféus, estabelecendo que cada demanda seja acompanhada de justificativa objetiva da homenagem, indicação do evento ou solenidade, identificação do homenageado, texto a ser gravado ou impresso, logomarcas aplicáveis, data de utilização, quantidade necessária, item a ser acionado e autorização da unidade competente. Essa rotina é essencial para garantir rastreabilidade, motivação e controle do uso dos itens, sobretudo porque se trata de objetos simbólicos de reconhecimento institucional, cujo emprego deve estar vinculado a atos oficiais e finalidades públicas, e não a distribuição indiscriminada de brindes ou peças de cortesia.

11.3. No eixo técnico, deverá ser elaborado, no Termo de Referência, detalhamento suficiente das

especificações dos itens, contemplando materiais, dimensões, espessuras, tipos de base, cores, formas de personalização, padrão de impressão, corte, acabamento, embalagem, acondicionamento, prazos de produção e critérios de aceite. O DFD já apresenta parâmetros iniciais para as placas, como material em aço inox escovado, tamanho de 21 cm x 15 cm, estojo compatível em veludo nas cores preto e azul-marinho e personalização colorida; e para os troféus, como dimensões entre 10 cm e 20 cm, espessura do acrílico entre 0,5 cm e 1,5 cm, bases em modelos caixa, simples ou dupla, impressão UV colorida e corte a laser. Tais especificações deverão ser refinadas para assegurar julgamento objetivo, evitar ambiguidades e preservar a competitividade.

11.4. Também deverá ser definido procedimento de aprovação prévia de arte ou leiaute antes da produção de cada lote ou demanda individual. A contratada deverá encaminhar prova digital contendo texto, nome, cargo, data, logomarca, brasão, cores, diagramação e demais elementos visuais, cabendo à área requisitante verificar a correção das informações e aprovar expressamente a produção. Essa providência é indispensável porque placas e troféus personalizados possuem baixa possibilidade de reaproveitamento em caso de erro, sendo necessário prevenir falhas de grafia, datas incorretas, nomes incompletos, cargos desatualizados, distorção de logomarcas ou desalinhamento visual.

11.5. Recomenda-se, ainda, que o planejamento preveja a possibilidade de exigência de amostra, protótipo, catálogo técnico, portfólio ou peça similar, especialmente do licitante provisoriamente vencedor, quando necessário à verificação da qualidade mínima do material, acabamento, impressão, corte, estabilidade da base, acondicionamento e fidelidade visual. Essa providência deverá ser proporcional e objetiva, evitando custo excessivo ao licitante, mas assegurando que a Administração não contrate produto incompatível com a finalidade institucional e cerimonial pretendida.

11.6. No eixo do parcelamento, a Administração deverá estruturar o certame por itens autônomos, considerando a existência de dois objetos distintos: placas em aço inox escovado e troféus em acrílico personalizado. Essa providência permitirá julgamento independente, melhor aproveitamento das peculiaridades de mercado, maior competitividade e preços mais aderentes à realidade produtiva de cada segmento, sem prejuízo da padronização institucional. O Termo de Referência deverá deixar claro que cada item possui especificações próprias, quantitativos próprios, critérios de aceite próprios e acionamento sob demanda durante a vigência da ata.

11.7. No aspecto procedimental, deverão ser instruídos os autos com os documentos necessários à fase preparatória da contratação, incluindo DFD, ETP, Mapa de Riscos, Termo de Referência, pesquisa de preços, justificativa do Sistema de Registro de Preços, justificativa do parcelamento por itens, análise de sustentabilidade, definição de gestor e fiscal, critérios de recebimento, minuta de ata e demais documentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021, pelo regulamento interno do COFFITO e pelos normativos aplicáveis.

11.8. Quanto à pesquisa de preços, deverá ser realizada coleta compatível com a natureza personalizada do objeto, contemplando, sempre que possível, contratações similares da Administração Pública, dados de sistemas oficiais, consultas em sítios eletrônicos especializados e pesquisa direta com fornecedores do ramo de placas, troféus, comunicação visual, gravação, impressão UV, corte a laser e peças institucionais personalizadas. A pesquisa deverá observar a distinção entre os dois itens, pois placas em aço inox escovado e troféus de acrílico possuem mercados, custos, insumos e processos produtivos diferentes. Assim, a estimativa deverá ser construída por item, evitando composição global que possa distorcer a avaliação da vantajosidade.

11.9. No eixo logístico, deverá ser definido prazo mínimo para emissão das ordens de fornecimento, aprovação da arte, produção, embalagem, transporte e entrega no COFFITO. Como os itens serão utilizados em eventos e solenidades com data certa, a Administração deverá orientar as unidades internas para que as solicitações sejam feitas com antecedência suficiente, evitando demandas emergenciais que possam comprometer a qualidade, aumentar custos ou inviabilizar a entrega tempestiva.

11.10. Também deverá ser organizada rotina de recebimento, conferência e aceite dos itens, com verificação de quantidade, integridade física, conformidade com as especificações, qualidade do acabamento, fidelidade ao leiaute aprovado, correção ortográfica, estabilidade dos troféus, condição dos estojos, ausência de riscos, manchas, trincas, rebarbas, falhas de impressão ou avarias de transporte. Os itens desconformes deverão ser recusados ou recebidos com ressalva, conforme o caso, exigindo-se substituição ou correção sem ônus adicional à Administração quando o erro for imputável à contratada.

11.11. No campo da gestão contratual, deverão ser designados gestor e fiscal da ata/contratação,

com atribuições claras quanto à emissão e acompanhamento das ordens de fornecimento, controle de saldos registrados, conferência das entregas, comunicação com a contratada, registro de ocorrências, gestão de prazos, recebimento provisório e definitivo, controle de substituições e instrução dos documentos necessários à liquidação e ao pagamento. Essa providência reforça a governança da contratação e evita que a ata seja utilizada sem controle centralizado de demanda, de saldos e de finalidade.

11.12. Quanto à sustentabilidade, deverão ser adotadas medidas proporcionais à natureza do objeto, tais como preferência por embalagens recicláveis ou reutilizáveis quando possível, racionalização de materiais de proteção, redução de desperdícios, aproveitamento eficiente de insumos e destinação adequada de resíduos decorrentes da produção, especialmente acrílico, metais, tintas, solventes, adesivos e sobras de corte. A Administração deverá prever tais diretrizes no Termo de Referência sem transformar critérios ambientais em exigências desproporcionais ou restritivas, mantendo equilíbrio entre sustentabilidade, qualidade e competitividade.

11.13. Por fim, como providência de governança e controle do uso da ata, recomenda-se que a Administração mantenha registro das homenagens realizadas, com indicação do evento, homenageado, justificativa, item utilizado, quantidade, data da entrega e documento de aprovação da arte. Esse controle permitirá demonstrar que a contratação está sendo utilizada em aderência ao interesse público, à valorização institucional e à preservação da memória do COFFITO, especialmente no contexto das comemorações dos 50 anos da Autarquia e da diretriz da atual Gestão de fortalecer o reconhecimento público das contribuições relevantes ao Sistema COFFITO/CREFITOs.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. A presente contratação, voltada à formação de Registro de Preços para futura e eventual confecção de placas de homenagem em aço inox escovado e troféus de acrílico personalizados, apresenta impactos ambientais diretos de natureza moderada e controlável, relacionados principalmente ao uso de matérias-primas, processos de corte, gravação, impressão, acabamento, embalagem, transporte e eventual geração de resíduos produtivos. Conforme o Documento de Formalização da Demanda, os itens pretendidos compreendem placas em aço inox escovado, com estojo compatível, e troféus de acrílico personalizados, com impressão UV colorida diretamente no acrílico e corte a laser, com quantitativos estimados de até 600 unidades para cada item.

12.2. No caso das placas em aço inox escovado, os impactos ambientais potenciais estão associados à extração, beneficiamento e utilização de metal, bem como à geração de aparas, resíduos de corte, sobras de acabamento, materiais de proteção e embalagens utilizadas no acondicionamento e transporte. Embora o aço inox seja material durável e de longa vida útil, a contratada deverá adotar práticas de aproveitamento racional da matéria-prima, redução de perdas no processo produtivo e destinação adequada das sobras metálicas, preferencialmente mediante reaproveitamento, reciclagem ou encaminhamento a cadeia de reciclagem compatível.

12.3. Quanto aos troféus de acrílico, os impactos ambientais decorrem especialmente do uso de material plástico derivado de cadeia petroquímica, da geração de sobras de acrílico decorrentes do corte a laser, do uso de impressão UV, da eventual utilização de tintas, adesivos, solventes, bases e materiais auxiliares de acabamento. Por essa razão, a contratada deverá observar boas práticas de produção, buscando reduzir desperdícios, otimizar o corte das chapas, evitar produção excedente, acondicionar corretamente os resíduos e realizar descarte ambientalmente adequado das sobras e insumos utilizados, especialmente quando houver materiais que exijam tratamento específico.

12.4. Também deverão ser considerados os impactos ambientais associados às embalagens. Como as placas e troféus são itens personalizados, sensíveis a riscos, trincas, arranhões, manchas e danos de transporte, é razoável que sejam devidamente protegidos. Todavia, essa proteção deverá ser compatibilizada com a sustentabilidade, recomendando-se a utilização de embalagens recicláveis, reutilizáveis ou produzidas com menor quantidade de material sempre que possível, sem comprometer a integridade dos itens. A Administração deverá evitar exigências meramente estéticas de embalagem que ampliem desnecessariamente o consumo de insumos, mantendo o foco na proteção adequada, na

apresentação institucional e na redução de desperdícios.

12.5. A contratação também deverá observar a racionalidade na produção sob demanda. Como se trata de Sistema de Registro de Preços, não haverá necessidade de aquisição imediata ou integral dos quantitativos estimados, o que contribui para reduzir riscos de produção desnecessária, estoque improdutivo, descarte futuro e consumo indevido de materiais. O acionamento da ata conforme a necessidade efetiva da Administração é medida ambientalmente positiva, pois permite produzir apenas os itens destinados a eventos, solenidades, premiações e homenagens institucionalmente autorizadas, evitando fabricação excedente ou peças sem destinação certa.

12.6. Outro impacto indireto refere-se ao transporte e à logística de entrega dos itens ao COFFITO/DF, local indicado no DFD para entrega/execução. Para mitigar esse impacto, recomenda-se que as ordens de fornecimento sejam planejadas com antecedência e, sempre que possível, agrupadas por evento, período ou lote, evitando múltiplas entregas fracionadas de pequeno volume quando não houver urgência. Essa providência reduz deslocamentos, custos logísticos, emissões associadas ao transporte e retrabalho administrativo, sem prejudicar a tempestividade necessária às solenidades com data certa.

12.7. No tocante à sustentabilidade administrativa, a Administração deverá priorizar o envio e a aprovação de artes, leiautes, provas visuais, solicitações, autorizações e documentos de recebimento por meio eletrônico, reduzindo impressões e circulação física de documentos. A utilização do SEI para instrução processual, aprovação de demandas, juntada de artes e registro de aceite contribui para a redução do consumo de papel e para a rastreabilidade das decisões. A prova física deverá ser exigida apenas quando tecnicamente necessária para aferir acabamento, material, espessura, impressão, corte ou qualidade final, evitando solicitações excessivas que gerem desperdício.

12.8. Deverá ser exigido da contratada, no que couber, o cumprimento da legislação ambiental aplicável ao processo produtivo e à destinação de resíduos, inclusive quanto ao descarte adequado de sobras de acrílico, aparas metálicas, materiais de embalagem, resíduos de impressão, tintas, solventes, adesivos ou outros insumos eventualmente empregados. A contratada deverá manter boas práticas de organização, limpeza e segurança no ambiente produtivo, prevenindo descarte irregular e exposição de trabalhadores ou terceiros a substâncias potencialmente nocivas.

12.9. A Administração deverá ainda ponderar que placas e troféus de homenagem possuem caráter durável, personalizado e de finalidade institucional específica, o que reduz a lógica de consumo descartável. Diferentemente de brindes de curta vida útil ou materiais promocionais de distribuição ampla, os itens pretendidos destinam-se a atos formais de reconhecimento, com permanência simbólica e valor institucional. Essa característica contribui para justificar ambientalmente a contratação, desde que o uso seja moderado, motivado e vinculado a eventos ou homenagens formalmente autorizadas.

12.10. Como medidas mitigadoras, recomenda-se prever no Termo de Referência: exigência de aproveitamento racional de insumos; utilização de embalagens recicláveis ou reutilizáveis sempre que possível; destinação adequada de resíduos metálicos, acrílicos e materiais de impressão; produção somente após aprovação expressa da arte; vedação à produção excedente não autorizada; preferência por comunicações e aprovações em meio eletrônico; agrupamento de pedidos quando viável; e substituição de itens defeituosos sem necessidade de descarte desnecessário quando for possível correção técnica compatível com a finalidade do objeto.

12.11. Também é recomendável que a Administração mantenha controle sobre as solicitações de placas e troféus, com registro da finalidade institucional de cada homenagem, evitando uso indiscriminado dos itens. Essa medida, além de reforçar a governança do gasto, possui reflexo ambiental positivo, pois reduz consumo desnecessário de materiais e assegura que a produção esteja vinculada a finalidades públicas justificadas. Em termos simples: homenagem sem critério vira estoque; homenagem planejada vira memória institucional.

12.12. Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais da contratação são existentes, porém mitigáveis, relacionados principalmente ao uso de aço inox, acrílico, tintas, corte, impressão, embalagens e transporte. A adoção do Registro de Preços, a produção sob demanda, a aprovação prévia de artes, o controle de solicitações, o uso de meios digitais e a exigência de destinação adequada de resíduos permitem compatibilizar a contratação com as diretrizes de sustentabilidade, sem comprometer a qualidade, a durabilidade, a padronização e a finalidade institucional das placas e troféus de homenagem.

13.1. À vista das informações constantes do Documento de Formalização da Demanda e da análise realizada neste Estudo Técnico Preliminar, declara-se viável a formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na confecção de placas de homenagem em aço inox escovado e troféus de acrílico personalizados, destinados ao atendimento das demandas institucionais do COFFITO em eventos, solenidades, premiações, inaugurações, homenagens, ações comemorativas e demais atividades oficiais da Autarquia e do Sistema COFFITO/CREFITOs.

13.2. A viabilidade da contratação decorre, inicialmente, da existência de necessidade institucional concreta e devidamente caracterizada. O COFFITO, como autarquia federal criada pela Lei nº 6.316/1975, possui papel institucional de valorização, orientação, normatização e fortalecimento das profissões de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Nesse contexto, as placas e troféus de homenagem constituem instrumentos materiais de reconhecimento público a profissionais, autoridades, pesquisadores, conselheiros, colaboradores e instituições que contribuíram para a consolidação das profissões e para o desenvolvimento do Sistema COFFITO/CREFITOs, especialmente em atos oficiais e solenidades formalmente autorizadas.

13.3. Sob o enfoque da efetividade, a contratação mostra-se apta a atender à finalidade pretendida, pois permitirá que o COFFITO realize homenagens oficiais com qualidade, padronização, tempestividade e aderência à identidade institucional. A demanda ganhou especial relevância em razão das comemorações dos 50 anos do COFFITO, período em que foram intensificadas ações comemorativas, congressos, palestras, documentário histórico, exposições institucionais, galeria de ex-presidentes, homenagens e iniciativas voltadas à preservação da memória institucional, conforme registrado no DFD. Assim, a contratação contribui para consolidar uma política de reconhecimento institucional planejada, formal e compatível com a nova orientação da Gestão quanto à valorização de trajetórias relevantes no âmbito do Sistema.

13.4. Sob o enfoque da eficiência, a adoção do Sistema de Registro de Preços é adequada porque a demanda por placas e troféus é variável, vinculada ao calendário de eventos, solenidades, premiações e homenagens, não sendo possível prever com exatidão, no momento inicial do planejamento, a quantidade que será efetivamente utilizada ao longo da vigência da ata. O SRP permitirá atendimento sob demanda, com preços previamente registrados, reduzindo a necessidade de múltiplas contratações avulsas, diminuindo retrabalho administrativo e conferindo maior agilidade à área de comunicação e eventos. Trata-se de solução que evita improvisos, organiza o fluxo de solicitações e assegura melhor capacidade de resposta da Administração.

13.5. A viabilidade também se sustenta sob o enfoque da economicidade, pois o Registro de Preços não impõe obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados, permitindo que a Administração demande apenas as unidades efetivamente necessárias. Essa característica é especialmente relevante para objetos personalizados, pois evita formação de estoque sem destinação certa, reduz risco de desperdício e permite compatibilizar o gasto público com a necessidade institucional concreta. Além disso, a realização do certame por itens — um relativo às placas em aço inox escovado e outro relativo aos troféus em acrílico — tende a ampliar a competitividade, permitir propostas mais aderentes a cada segmento produtivo e favorecer a obtenção de preços mais vantajosos.

13.6. No aspecto técnico, a contratação é viável porque os itens possuem especificações objetivas e passíveis de comparação, fiscalização e aceite. O DFD define materiais, dimensões, características de personalização e acabamento, como placas em aço inox escovado, com estojo compatível, e troféus de acrílico com impressão UV colorida, corte a laser, bases variadas e dimensões previamente delimitadas. Tais parâmetros permitem a elaboração de Termo de Referência com critérios claros de qualidade, prazos, aprovação prévia de arte, substituição de itens desconformes e recebimento formal pela Administração.

13.7. No aspecto jurídico e de governança, a contratação é compatível com a Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, julgamento objetivo e desenvolvimento nacional sustentável. A modelagem por Registro de Preços mostra-se adequada à natureza da demanda, por se tratar de objeto de necessidade futura, eventual e variável, com fornecimento

parcelado conforme solicitação da Administração. Além disso, a contratação deverá observar a Resolução COFFITO nº 625/2025, bem como os controles próprios da fase preparatória, incluindo pesquisa de preços, mapa de riscos, critérios de sustentabilidade, justificativa do parcelamento por itens e definição de gestor e fiscal.

13.8. Registra-se, ainda, que a viabilidade da contratação pressupõe o uso moderado, motivado e institucionalmente justificado das placas e troféus, de modo a evitar que o objeto seja tratado como brinde, liberalidade ou item de luxo. A finalidade pública deverá estar vinculada a eventos oficiais, homenagens aprovadas, solenidades, premiações ou ações comemorativas compatíveis com a missão institucional do COFFITO. Com esse controle, a contratação preserva a razoabilidade do gasto e reforça sua aderência ao interesse público.

13.9. Dessa forma, conclui-se que a contratação é viável, por atender a necessidade institucional legítima, possuir objeto tecnicamente definido, apresentar modelagem compatível com a natureza variável da demanda, favorecer a padronização das homenagens oficiais, permitir controle de custos por meio do Registro de Preços e contribuir para a valorização profissional, a preservação da memória institucional e o fortalecimento da identidade do Sistema COFFITO/CREFITOs. A viabilidade fica condicionada à adequada instrução do processo, à realização de pesquisa de preços por item, à definição objetiva dos critérios de aceite, à aprovação prévia das artes, à observância das medidas de sustentabilidade e ao controle formal de cada solicitação de fornecimento.

Brasília/DF, 04 de maio de 2026.

Victor Diniz Felipe Ferrari
Chefe do Setor de Comunicação



Documento assinado eletronicamente por **Victor Diniz Felipe Ferrari, Chefe do Setor de Comunicação**, em 14/05/2026, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.coffito.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0345153** e o código CRC **AE5AF314**.

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Processo: 00.0015.000044/2026-18 - Documento: 0345153

COFFITO/SELIC - Setor de Licitações e Contratos

SIA Trecho 17, Via IA-4, 810 - Parque Ferroviário, - Bairro Zona Industrial (Guará) - Brasília/DF

CEP 71200-260 - www.coffito.gov.br



Termo de Referência nº 50/2026

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na confecção de placas e troféus institucionais personalizados, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Confecção de placa	618630	600	R\$ 197,86	R\$ 118.716,00
2	Confecção de troféu	617448	600	R\$ 195,26	R\$ 117.156,00

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021..

1.3. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações de 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A Contratada deverá observar, na execução do objeto, práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica compatíveis com a natureza da contratação, especialmente por se tratar de fornecimento de placas de homenagem em aço inox escovado e troféus de acrílico personalizados, itens que envolvem uso de matéria-prima metálica, acrílica, impressão, corte, acabamento, embalagem e

transporte. As exigências aqui previstas deverão ser aplicadas de forma proporcional ao objeto, sem comprometer a qualidade, a durabilidade, a padronização visual, a finalidade institucional das homenagens e a competitividade do certame.

4.2. A execução contratual deverá observar o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto na Lei nº 14.133/2021, bem como a necessidade de planejamento, eficiência e economicidade nas contratações públicas. Nesse sentido, a Contratada deverá adotar boas práticas de produção, transporte e entrega, reduzindo desperdícios, otimizando o uso de insumos e assegurando destinação ambientalmente adequada aos resíduos eventualmente gerados no processo produtivo. No caso das placas de homenagem em aço inox escovado, a Contratada deverá buscar o aproveitamento racional das chapas metálicas utilizadas, reduzindo perdas decorrentes de corte, gravação, impressão, acabamento e personalização. As aparas, sobras ou resíduos metálicos resultantes do processo produtivo deverão, sempre que possível, ser reaproveitados, reciclados ou destinados a cadeia ambientalmente adequada, evitando descarte irregular ou disposição incompatível com a legislação ambiental aplicável.

4.3. No caso dos troféus de acrílico personalizados, a Contratada deverá adotar medidas para reduzir sobras de acrílico decorrentes de corte a laser, impressão UV, montagem de bases, polimento, colagem e acabamento. As sobras de acrílico, materiais de proteção, resíduos de impressão, tintas, solventes, adesivos ou outros insumos eventualmente utilizados deverão receber destinação ambientalmente adequada, observadas as normas aplicáveis e as boas práticas de gerenciamento de resíduos. Essa exigência se mostra pertinente porque o DFD prevê troféus em acrílico, com impressão UV colorida diretamente no material e corte a laser, o que pode gerar resíduos específicos de produção.

4.4. A Contratada deverá utilizar embalagens adequadas à proteção dos itens durante o transporte, evitando riscos, trincas, manchas, amassados, quebras ou avarias, mas deverá priorizar, sempre que possível, materiais recicláveis, reutilizáveis ou de menor impacto ambiental. Deverá ser evitado o uso excessivo de plásticos, espumas, invólucros ou materiais descartáveis quando houver alternativa técnica suficiente para preservar a integridade dos produtos. A sustentabilidade, nesse ponto, deverá ser compatibilizada com a necessidade de proteção do objeto, pois placas e troféus personalizados possuem finalidade cerimonial e baixa possibilidade de reaproveitamento em caso de dano.

4.5. A Contratada deverá adotar medidas de racionalização logística, planejando as entregas de modo a reduzir deslocamentos desnecessários, sempre que compatível com o cronograma de eventos e com as ordens de fornecimento emitidas pela Administração. Considerando que o DFD indica o COFFITO/DF como local de entrega/execução, recomenda-se que as entregas sejam organizadas de forma eficiente, preferencialmente agrupadas por lote, evento ou período, quando isso não comprometer o atendimento tempestivo das solenidades, premiações ou homenagens institucionais.

4.6. A Contratada deverá utilizar meios eletrônicos para comunicações, envio de propostas, confirmação de pedidos, aprovação de artes, provas digitais, documentos fiscais, solicitações de ajustes e demais tratativas administrativas, salvo quando houver necessidade técnica de apresentação de amostra física ou protótipo. A aprovação prévia de arte ou leiaute deverá ocorrer preferencialmente em meio digital, reduzindo impressões desnecessárias, deslocamentos e retrabalhos. A prova física somente deverá ser exigida quando indispensável à verificação de material, espessura, acabamento, qualidade de impressão, corte, base, estojo ou apresentação final.

4.7. A Contratada deverá observar a legislação ambiental aplicável às suas atividades, inclusive quanto ao manejo, armazenamento, reaproveitamento, reciclagem e descarte de resíduos decorrentes da produção de itens metálicos, acrílicos, materiais de impressão, adesivos, tintas, solventes, embalagens e demais insumos eventualmente utilizados. Quando solicitado pela fiscalização, deverá prestar informações ou apresentar evidências razoáveis de que adota procedimentos compatíveis com a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, sem prejuízo da possibilidade de apresentação de declarações, políticas internas, comprovantes de destinação ou documentos equivalentes, quando pertinentes e proporcionais ao objeto.

4.8. A Contratada deverá manter ambiente de produção e manipulação dos itens em condições adequadas de organização, segurança e limpeza, prevenindo desperdícios, contaminação de materiais, descarte inadequado e exposição indevida de trabalhadores a substâncias potencialmente nocivas. Também deverá orientar seus empregados, prepostos ou subcontratados, quando houver, quanto ao uso racional de materiais, energia elétrica, água, insumos de impressão, embalagens e demais recursos empregados na

execução contratual.

4.9. A Contratada deverá observar boas práticas sociais e trabalhistas, comprometendo-se a não utilizar mão de obra infantil, trabalho em condições análogas à escravidão ou qualquer prática discriminatória em razão de raça, cor, sexo, gênero, origem, idade, deficiência, religião ou qualquer outra condição protegida pela legislação. A Administração poderá verificar, quando cabível, a regularidade da empresa perante cadastros públicos e documentos de habilitação pertinentes, especialmente em atenção à função social da contratação pública e aos princípios da legalidade, moralidade e desenvolvimento nacional sustentável.

4.10. A Contratada deverá assegurar que eventual subcontratação autorizada, se prevista no Termo de Referência, também observe os requisitos mínimos de sustentabilidade, especialmente quanto ao descarte de resíduos, uso racional de insumos, proteção dos itens, regularidade trabalhista e vedação de práticas sociais ilícitas. A responsabilidade final pela conformidade ambiental, social, trabalhista e pela qualidade dos produtos entregues permanecerá integralmente com a Contratada, ainda que parte acessória da produção, acabamento, embalagem ou transporte seja executada por terceiros.

4.11. A Administração, por sua vez, deverá contribuir para a sustentabilidade da execução contratual mediante planejamento adequado das ordens de fornecimento, evitando solicitações emergenciais injustificadas, alterações repetidas de arte, produção de peças sem finalidade definida ou encomendas superiores à necessidade efetiva. Como se trata de Registro de Preços, a produção deverá ocorrer apenas sob demanda formal, após autorização da unidade competente e aprovação do leiaute, reduzindo risco de estoque desnecessário, desperdício de materiais e descarte de peças sem uso institucional.

4.12. A utilização das placas e troféus deverá permanecer vinculada a eventos, solenidades, premiações, inaugurações, homenagens e ações institucionais devidamente justificadas, evitando uso indiscriminado dos itens. Essa medida possui relevância ambiental, econômica e administrativa, pois assegura que o consumo de aço inox, acrílico, tintas, embalagens e recursos logísticos esteja associado a finalidade pública legítima, especialmente no contexto de valorização profissional, preservação da memória institucional e homenagens oficiais do COFFITO.

4.13. Por fim, o atendimento aos requisitos de sustentabilidade será aferido de forma proporcional e razoável pela fiscalização contratual, especialmente por meio da verificação da adequação das embalagens, da ausência de desperdício evidente, da utilização de meios eletrônicos para aprovação de artes, da entrega apenas de itens autorizados, da substituição de produtos defeituosos sem produção excessiva e, quando necessário, da solicitação de esclarecimentos sobre destinação de resíduos. Tais requisitos não têm por finalidade restringir a competitividade, mas assegurar que a contratação seja executada com responsabilidade ambiental, social e econômica, em conformidade com a natureza do objeto e com o interesse público.

Indicação de marcas ou modelos

4.14. Não haverá indicação de marca ou modelo específico.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.15. Diante das conclusões extraídas do processo, não haverá vedação de marca para os produtos a serem fornecidos.

Da exigência de carta de solidariedade

4.16. Não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

4.17. É permitida a subcontratação para a entrega dos materiais.

4.18. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do

Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.19. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.20. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, visto o formato de cobrança e prestação do serviço.

Vistoria

4.21. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do material a ser produzido.

Da apresentação da amostra

4.22. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Para tanto, será designado a data, local e horário de sua realização.

4.23. Será facultada a presença todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.24. As amostras serão ser entregues na sede do COFFITO, localizada no SIA Trecho 17, 810 – Parque Ferroviário de Brasília – Brasília/DF – CEP: 71.200-260, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.25. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, desde que devidamente aceite pelo COFFITO.

4.26. Não havendo entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.27. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.27.1. Se a amostra atende aos requisitos dimensionais estipulados neste Termo de Referência;

4.27.2. Se a amostra atende aos requisitos de conformidade e qualidade estipulados neste Termo de Referência;

4.27.3. Se a amostra atende aos requisitos adicionais estipulados neste Termo de Referência.

4.28. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.29. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.30. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 5 (cinco) dias corridos.

Instalação de escritório

4.31. Não será obrigatória a instalação de escritório exclusivo à prestação dos serviços.

Margem de Preferência

4.32. O objeto da contratação não está contemplado na margem de preferência prevista no Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.33. Na presente licitação, não será realizada a reserva de cota para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, visto que o tratamento diferenciado pode resultar na entrega de produtos com tons e estruturas diferentes, impossibilitando a padronização dos objetos para as homenagens a serem entregues.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto será de fornecimento dos produtos, com personalização de dados e da arte digital.

5.2. O prazo máximo para a entrega do material solicitado em cada pedido de fornecimento será de até 10 (dez) dias corridos incluindo o tempo destinado ao frete.

5.3. O prazo para apresentação de prova impressa e/ou eletrônica é de até 05 (cinco) dias úteis, contados do envio da arte digital finalizada.

5.4. Eventuais prorrogações deverão ser solicitadas e justificadas junto à gestão contratual para deliberação/aprovação.

Local e horário da prestação dos serviços

5.5. A entrega dos produtos deverá ser realizada na sede do COFFITO, em horário comercial, durante os dias úteis, podendo a contratada agendar a entrega em período distinto, mediante aprovação do Gestor Contratual.

5.6. A empresa deverá permutar, sem custos, os objetos que apresentarem comprovados defeitos de fabricação, incluindo os relacionados à legibilidade e impressão, em até 05 (cinco) dias úteis.

5.7. A execução contratual do fornecimento observará as rotinas e práticas mercadológicas da contratada, desde que não sejam conflitantes com o especificado no Termo de Referência.

Requisitos de segurança da informação

5.7.1. Todas as informações obtidas pela CONTRATADA quando da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo zelar por seus representantes e empregados pela manutenção do sigilo absoluto de dados, informações, documentos e especificações técnicas, que tenham conhecimento em razão dos serviços executados, conforme previsto no Decreto nº 7.845/2012.

5.7.2. Todas as informações, imagens, documentos manuseados e utilizados são de propriedade do COFFITO ou CREFITO contratante, no que couber, não podendo ser repassadas, copiadas, alteradas ou absorvidas pela CONTRATADA sem expressa autorização da CONTRATANTE.

5.7.3. É ilícita a divulgação, o repasse ou a utilização indevida de informações, bem como de documentos, imagens e gravações utilizados durante a prestação dos serviços.

5.7.4. A CONTRATADA obriga-se a dar ciência imediata, por escrito, à CONTRATANTE, sobre qualquer anormalidade de segurança da informação que verificar na prestação dos serviços.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.8. Para fins de dimensionamento da proposta, a licitante deverá considerar que o objeto da contratação consiste no fornecimento, sob demanda, de placas de homenagem em aço inox escovado e troféus de acrílico personalizados, destinados a homenagens institucionais realizadas pelo COFFITO em eventos, solenidades, premiações, inaugurações, cerimônias comemorativas e demais ações oficiais da Autarquia e do Sistema COFFITO/CREFITOs. O Documento de Formalização da Demanda define dois itens distintos: Item 1 — placas de homenagem em aço inox escovado, e Item 2 — troféus de acrílico personalizados, ambos com quantitativo estimado de até 600 unidades cada, a serem demandados conforme necessidade da Administração.

5.9. A proposta deverá contemplar todos os custos necessários à completa execução do objeto, incluindo matéria-prima, personalização, tratamento gráfico, inserção de textos, logomarcas, brasões, nomes, cargos, datas, mensagens institucionais, preparação de arquivos, provas digitais e/ou impressas, impressão, corte, acabamento, embalagem, acondicionamento, transporte, tributos, encargos, seguros, frete, substituições por defeito, lucro e quaisquer demais despesas diretas ou indiretas necessárias à entrega dos itens no local indicado pela Administração. Não será admitida cobrança adicional por etapas ordinárias do processo produtivo que sejam indispensáveis à entrega do objeto conforme especificado.

5.10. No caso do Item 1 — placas de homenagem, a licitante deverá considerar, para formação de seu preço, placa em aço inox escovado, no tamanho de 21 cm x 15 cm, com personalização colorida, acompanhada de estojo compatível com o tamanho da placa, em material tipo veludo, nas cores preto ou azul-marinho, conforme demanda da Administração. A proposta deverá contemplar a possibilidade de alteração do conteúdo textual das placas a cada pedido, uma vez que se trata de objeto personalizado para homenagens distintas, com nomes, cargos, datas, eventos e textos variáveis.

5.11. No caso do Item 2 — troféus de acrílico personalizados, a licitante deverá considerar troféus com altura mínima de 10 cm e máxima de 20 cm, largura mínima de 10 cm e máxima de 20 cm, espessura do acrílico entre 0,5 cm e 1,5 cm, com bases dos tipos caixa, simples ou dupla, conforme especificações do DFD. Também deverão ser considerados formatos e cortes sob demanda, dentro dos limites dimensionais previstos, cores do acrílico em transparente, preto, branco ou colorido, impressão UV colorida diretamente no acrílico e corte a laser.

5.12. A licitante deverá observar que os modelos inseridos no Termo de Referência possuem natureza referencial, servindo como parâmetro visual de formato, padrão, finalidade e grau de personalização pretendido pela Administração. Os modelos não afastam a possibilidade de ajustes de texto, arte, logomarca, disposição visual, cores, elementos gráficos e demais informações institucionais necessárias a cada homenagem, desde que respeitadas as especificações técnicas mínimas previstas no Termo de Referência. O próprio TR registra que os modelos dos objetos poderão ser alterados conforme as condições nele previstas.

5.13. A proposta deverá considerar o recebimento eletrônico da arte digital encaminhada pelo COFFITO e a obrigação de apresentação de prova impressa e/ou eletrônica para aprovação da Administração no prazo de até 5 dias úteis, contados do envio da arte digital finalizada. A produção definitiva somente deverá ocorrer após aprovação expressa da arte, prova ou leiaute pela unidade competente, de modo a evitar erros de grafia, divergência de logomarcas, alteração indevida de cores, inconsistência de nomes, cargos, datas ou mensagens institucionais.

5.14. Para fins de composição de custos, a licitante deverá considerar o serviço de inserção de dados e leiautes variáveis, uma vez que os itens serão utilizados em homenagens distintas. No caso das placas, deverá ser considerada a possibilidade de permuta ilimitada do conteúdo textual, conforme necessidade institucional. No caso dos troféus, deverá ser considerada a possibilidade de até 10 trocas da arte digital, conforme previsto no Termo de Referência.

5.15. A entrega dos itens deverá ocorrer na sede do COFFITO, localizada em Brasília/DF, em horário comercial e em dias úteis, salvo autorização diversa do gestor contratual. O Termo de Referência prevê que o prazo máximo para entrega do material solicitado em cada pedido de fornecimento será de até 10 dias corridos, incluindo o tempo destinado ao frete, razão pela qual a proposta deverá contemplar a logística necessária ao atendimento desse prazo, inclusive embalagem adequada, transporte seguro e remessa rastreável com confirmação de entrega.

5.16. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados, protegidos contra riscos, quebras, trincas, manchas, amassados, umidade ou qualquer dano decorrente de transporte ou manuseio. A

licitante deverá considerar, em seu preço, a obrigação de substituir, sem custos adicionais para a Administração, os itens que apresentarem defeitos de fabricação, falhas de acabamento, problemas de legibilidade, erro de impressão, inconformidade com a arte aprovada ou avarias que comprometam sua utilização institucional, no prazo previsto no Termo de Referência.

5.17. A licitante deverá considerar que a contratação será realizada pelo Sistema de Registro de Preços, de modo que os quantitativos indicados representam estimativas máximas para futura e eventual contratação, não havendo obrigação de aquisição integral pela Administração. As demandas serão formalizadas por pedidos de fornecimento, conforme a necessidade efetiva do COFFITO, observados o calendário de eventos, solenidades, homenagens e ações institucionais. Essa informação é relevante para que a licitante dimensione adequadamente sua capacidade de produção e atendimento, inclusive para fornecimentos parcelados e personalizados.

5.18. Também deverá ser considerada a possibilidade de exigência de amostra do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, no prazo de 5 dias úteis, conforme previsto no Termo de Referência. A amostra será utilizada para verificação dos requisitos dimensionais, de conformidade, acabamento, qualidade da impressão, aderência às especificações e demais padrões mínimos de aceitabilidade. Assim, a licitante deverá estar preparada para apresentar peça compatível com as especificações exigidas, assumindo os custos correspondentes, sem direito a ressarcimento pela simples apresentação da amostra.

5.19. A proposta deverá considerar que a subcontratação, quando admitida, será restrita às atividades acessórias, especialmente relacionadas à entrega dos materiais, permanecendo a contratada integralmente responsável pela perfeita execução do objeto, qualidade dos produtos, cumprimento dos prazos, conformidade com as artes aprovadas e substituição de itens desconformes. Assim, eventual utilização de terceiros para transporte, logística ou apoio operacional não afastará a responsabilidade da contratada perante o COFFITO.

5.20. A licitante deverá observar que os objetos possuem finalidade institucional e cerimonial, razão pela qual a proposta deve contemplar padrão mínimo de qualidade compatível com homenagens oficiais do COFFITO. O dimensionamento não deverá considerar apenas o custo físico dos materiais, mas também a necessidade de precisão na personalização, conferência das informações, qualidade visual, acabamento adequado, durabilidade, proteção no transporte, cumprimento de prazos e rastreabilidade das entregas.

5.21. O recebimento eletrônico da arte digital deverá ser eletrônico, assim como a apresentação de prova impressa e eletrônica, em até 05 (cinco) dias úteis;

5.22. Ressalta-se que deverá ser ilimitada a permuta do conteúdo (*layout*) das placas e, poder ser realizada até 10 (dez) trocas da arte digital dos troféus;

5.23. A remessa dos objetos deverá ser efetuada de forma rastreável e com confirmação de entrega.

5.24. Abaixo seguem prévia dos modelos dos objetos a serem fornecidos, destacando que as características poderão ser alterados conforme o disposto neste Termo de Referência:



Especificação da garantia do serviço

5.25. O prazo de garantia contratual dos serviços e objetos é aquele estabelecido na Lei nº 8.078,

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.26. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, o Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos do COFFITO (Resolução COFFITO nº 625/2025), bem como subsidiariamente as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e legislação correlata, em que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto.

6.9. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato e a entrega dos cartões, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade na prestação do serviço, seja com as especificações de confecção ou na impressão, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção do apontado, determinando prazo para a correção, tendo a contratada o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a permuta dos objetos em que se verificarem erros de produção.

6.11.1. A inspeção para aceite será realizada de forma a verificar principalmente a qualidade da impressão; a legibilidade da mesma; a constatação do material utilizado para produção e, a compatibilidade com a arte digital aprovada.

6.12. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

- 6.14. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao Setor Financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da entrega dos objetos utilizará o Instrumento de Medição de Resultado e Fatores de Avaliação, conforme previsto abaixo.

INDICADORES	
1. Atendimento, prestação de informações, registro de ocorrências/chamados abertos e solução de ocorrência dentro dos prazos acordados.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a qualidade e pontualidade na entrega dos produtos
Meta a Cumprir	100% dos produtos, considerando os quantitativos e especificações da contratação

Instrumento de medição	Atesto de recebimento
Forma de acompanhamento	<p>Atesto e comunicações do Fiscal do Contrato, contendo a quantidade e, eventualmente os tipos de ocorrências e os seus respectivos prazos de atendimento.</p> <p>A qualidade dos serviços (entrega, produção de prova, etc.) prestados será avaliada também, a cada ocorrência mencionada no Indicador, de forma a complementar as avaliações das mesmas.</p> <p>A CONTRATADA poderá ser notificada do resultado da avaliação, pelo fiscal do contrato, ou solicitar a este, com vistas a promover a manutenção ou melhoria da qualidade dos serviços prestados.</p>
Periodicidade	A cada Pedido de Fornecimento realizado

<p>Mecanismo de Cálculo</p>	<p>Cada fatura será verificada e valorada individualmente, calculando-se eventuais glosas de acordo com as Faixas de Ajuste no Pagamento listadas abaixo.</p> <p>A empresa começará com 100 pontos (meta) e por cada falta será atribuída pontuação conforme indicado a seguir:</p> <p>(a) Considera-se falta o descumprimento dos fatores de avaliação estabelecidos na tabela a seguir, para os quais se aplica a gradação das faltas.</p> <p>(b) A falta poderá ser considerada leve, média ou grave.</p> <p>Faltas leves são aquelas que, por sua natureza, não interrompem a prestação dos serviços e não trazem prejuízo ao fornecimento ou a utilização dos materiais, valendo 1 ponto para cada ocorrência;</p> <p>Faltas médias são aquelas que, por sua natureza, não interrompem a prestação dos serviços, mas ocasionam algum tipo de prejuízo ao fornecimento ou a utilização dos materiais, valendo 3 pontos para cada ocorrência; e,</p> <p>Faltas graves são aquelas que proporcionam a interrupção temporária ou definitiva do serviço prestado, impedindo o fornecimento regular, valendo 10 pontos para cada ocorrência.</p> <p>(c) Qualquer que seja o prejuízo decorrente das faltas cometidas pelo não cumprimento dos fatores que compõem as metas desta tabela, a empresa contratada será obrigada a assumir a responsabilidade pelos danos causados, sem prejuízo das multas previstas e outras penalidades.</p> <p>(d) A pontuação obtida a partir das ocorrências registradas no mês refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou, da glosa, pelo não atingimento.</p>
<p>Início de Vigência</p>	<p>Data da assinatura do contrato.</p>

<p align="center">Faixas de ajuste no Pagamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 0 a 4 pontos, considera-se o alcance de 100 pontos = 100% da meta = recebimento de 100% da fatura. - 95 pontos alcançados = - 1% (99% da fatura) - 94 pontos alcançados = - 2% (98% da fatura) - 93 pontos alcançados = - 3% (97% da fatura) - 92 pontos alcançados = - 4% (96% da fatura) - 91 pontos alcançados = - 5% (95% da fatura) - 90 pontos alcançados = 90% da meta = recebimento de 90% da fatura. Na sequência, cada 1 ponto, será igual a 1% de ajuste a menor na fatura.
<p align="center">Sanções</p>	<p>Em um Pedido, o déficit de mais de 30 (trinta) pontos caracterizar-se-á inexecução parcial do contrato, ensejando em abertura de processo de rescisão contratual e aplicação de multa prevista no edital, sem prejuízo do ajuste previsto neste IMR, assim como, se somados 60 pontos negativos ao longo do período de vigência do contrato, considerando o intervalo de 12 meses.</p>
<p align="center">Resultados esperados</p>	<p>O atingimento de 100 pontos corresponde ao cumprimento, pela empresa contratada, das metas previstas neste quadro. Espera-se que o indicador alcance sua pontuação máxima, ou o mais próximo possível, para que os serviços sejam prestados da forma adequada, de acordo com o que foi planejado, possibilitando à instituição o cumprimento de seu planejamento e objetivos relacionados à contratação.</p>

AVALIAÇÃO POR PEDIDO		Faltas			Nada Consta
		Leve*	Média**	Grave***	
		Quantidade			
1 Ref. Ind. 1	Deixar de comunicar os eventuais atrasos no(s) prazo(s) previsto(s) no Termo de Referência .				
2 Ref. Ind. 1	Deixar, eventualmente, de disponibilizar, relatório de detalhamento com as quantidades produzidas				

3 Ref. Ind. 1	Deixar de efetuar correções nos materiais, no(s) prazo(s) previsto(s) no Termo de Referência, em fatura/nota fiscal/boleto, quando constatado erros/divergências				
4 Ref. Ind.1	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos neste quadro.				
TOTAL DE OCORRÊNCIAS		n	n	n	
PONTOS OBTIDOS POR TIPO DE OCORRÊNCIA		(n x 1)	(n x 3)	(n x 10)	
TOTAL DE PONTOS		N			

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. deixar de entregar, ou não entregar com a qualidade mínima exigida os materiais adquiridos; ou

7.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.3. Os serviços/objetos serão recebidos provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo fiscal mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da apresentação do objeto e, se for o caso, a qualidade da prestação dos serviços realizados em

consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

- 7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.6.4. Os serviços/materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.7. Os serviços/materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente em cada CREFITO demandante, após a verificação da qualidade e quantidade do material encomendado e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.7.3. Emitir Termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao Setor Financeiro (SEFIC) para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, relacionada à dimensão, qualidade ou quantidade, deverá ser observado o disposto no [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a empresa ser comunicada para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução, para fins de liquidação e pagamento.
- 7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 7.12. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de

que trata o [inciso](#) II do art. 75 da Lei nº 14.133, [de 2021](#).

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.13.1. o prazo de validade;
- 7.13.2. a data da emissão;
- 7.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.13.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.13.5. o valor a pagar; e
- 7.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.16.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.16.2. identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado, por CREFITO demandante, a cada Pedido de Fornecimento, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- 7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.26. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

- 7.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/05/2026.
- 7.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

- 7.36. Não haverá cessão de créditos.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 01% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida (valor do Pedido de Fornecimento), até o limite de 20 (vinte) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 05% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 05% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 05% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço unitário, para Registro de Preços.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento dos produtos será de forma parcelada, conforme a demanda proveniente do COFFITO.

Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de fornecimento de material e prestação de serviço (produção e logística) associado, sem a dedicação exclusiva de mão-de-obra.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.4. O critério de aceitabilidade será o de preços unitários máximos, conforme planilha de composição de preços constante deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.5.1. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5.2. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.5.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.5.4. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.5.5. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.5.6. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.5.7. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.5.8. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.5.9. consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133/2021).
- 9.5.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.5.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 9.5.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);
- 9.5.13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.5.14. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.5.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.5.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

9.5.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.5.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.5.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

Qualificação Econômico-Financeira

9.5.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.5.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.5.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.5.23. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.5.24. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.5.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.5.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.5.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnico Operacional

9.5.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.5.29. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito

a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.5.29.1. Atestado de Capacidade Técnica de confecção e fornecimento de 10 (dez) itens personalizados e com composição similar, voltados à homenagem de pessoas físicas ou jurídicas;

9.5.30. Serão admitidos, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.5.31. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.5.32. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.5.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.5.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.5.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado unitário (por placa produzida e entregue) é de R\$ 197,86 (cento e noventa e sete reais e, oitenta e seis centavos), sendo o custo estimado total o valor de R\$ 118.716,00 (cento e dezoito mil, setecentos e dezesseis reais).

10.2. O custo estimado unitário (por troféu produzido e entregue) é de R\$ 195,26 (cento e noventa e cinco reais e, vinte e seis centavos), sendo o custo estimado total o valor de R\$ 117.156,00 (cento e dezessete mil, cento e cinquenta e seis reais).

10.3. O preço unitário registrado poderá ser alterado ou atualizado em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do COFFITO.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária e, liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

coffito-br

COFFITO - CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

CNPJ: 00.487.140/0001-36



Data: 05/05/2026

Disponibilidade orçamentária

Conta: 6.2.2.1.1.02.01.03.002-Maquinas, Equipamentos e Aparelhos					
Despesa	Na data	No Exercício	Saldo	Na data	No Exercício
PRÉ-EMPENHADO	0,00	0,00	ORÇAMENTÁRIO DESBLOQ.	3.985.030,05	3.985.030,05
EMPENHADO	14.969,95	14.969,95	ORÇAMENTÁRIO OFICIAL	3.985.030,05	3.985.030,05
LIQUIDADO	0,00	0,00	A LIQUIDAR	14.969,95	14.969,95
PAGO	0,00	0,00	A PAGAR	0,00	0,00

Observação: Placas em aço inox escovado e Troféus de Acrílico (Personalizados para homenagens)

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília - DF, 07 de maio de 2026.

Victor Diniz Felipe Ferrari
Chefe do Setor de Comunicação



Documento assinado eletronicamente por **Victor Diniz Felipe Ferrari, Chefe do Setor de Comunicação**, em 14/05/2026, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.coffito.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0345159** e o código CRC **58EE86B1**.

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Processo: 00.0015.000044/2026-18 - Documento: 0345159

COFFITO/SELIC - Setor de Licitações e Contratos

SIA Trecho 17, Via IA-4, 810 - Parque Ferroviário, - Bairro Zona Industrial (Guará) - Brasília/DF

CEP 71200-260 - www.coffito.gov.br



TERMO DE CONTRATO Nº ____/____

Processo SEI Nº [00.0015.000044/2026-18](#)

TERMO DE CONTRATO DECORRENTE DO
PROCESSO SEI Nº 00.0015.000044/2026-18
QUE VERSA SOBRE A CONTRATAÇÃO DA
EMPRESA XXXXX XXX XX XXXXXXXX
XXXXXX, PARA CONFECÇÃO DE PLACA /
TROFÉU PARA HOMENAGEM.

O **CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL - COFFITO**, Autarquia inscrita no CNPJ sob o nº 00.487.140/0001-36, com sede no SIA Trecho 17, 810 - Parque Ferroviário de Brasília CEP: 71200-260 – Brasília (DF), neste ato representado pelo seu Presidente, Dr. Sandroval Francisco Torres, doravante denominado CONTRATANTE, e XXXXXX XXXXXXXX XX XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediado(a) na XXX XXXXXX XX XXXXX, XXXX, XXXXXXXXXX, XXXXXXXX – XX, CEP XX.XXX-XXX, doravante designado CONTRATADA, neste ato representado (a) pelo(a) XXXXX XXXXXX XXXXXXXXX, conforme contrato social da empresa, tendo em vista o que consta no Processo COFFITO SEI Nº 00.0015.000044/2026-18 e em observância às disposições, da Lei nº 14.133/2021 e, demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na confecção de placa e/ou troféu para homenagens institucionais no Sistema COFFITO/CREFITO, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Confecção de placa	618630	600	R\$ XXX,XX	R\$ XX.XXX,XX
2	Confecção de troféu	617448	600	R\$ XXX,XX	R\$ XX.XXX,XX

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) A Ata de Registro de Preços;
- c) A Proposta do CONTRATADO;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. A forma de fornecimento é sob demanda, por itens e por preço unitário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;



- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- f) Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto, quando existentes, são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor unitário da placa é de R\$ __, __ (xxxxx reais e xxxxx centavos), sendo o total estimado desta contratação, considerando a quantia máxima de até 600 (seiscentas) unidades, o valor de R\$ XXX.XXX,XX (xxxxxxxxxxxxx reais e xxxxxx centavos).

5.2. O valor unitário do troféu é de R\$ __, __ (xxxxx reais e xxxxx centavos), sendo o total estimado desta contratação, considerando a quantia máxima de até 600 (seiscentas) unidades, o valor de R\$ XXX.XXX,XX (xxxxxxxxxxxxx reais e xxxxxx centavos)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado após a entrega dos itens demandados, por Pedido de Fornecimento, bem como emissão de Atesto da Fiscalização e envio dos documentos fiscais.

6.2. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:



- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- g) Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
 - 8.1.h.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;



8.1.h.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.h.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.h.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.h.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.h.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

i) Cientificar a Procuradoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

j) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.j.1. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

k) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo acima definido;

l) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;



m) Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

n) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços atrelados ao fornecimento do objeto do contrato;

o) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

p) Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

q) Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do objeto e notificações expedidas.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das



categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;



9.14. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas e prazos deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.15. Prestar os serviços de fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.16. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência, necessários ao fornecimento;

9.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.18. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.19. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.20. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.22. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;



9.23. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.24. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;

a) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.25. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.26. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.27. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.28. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.29. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo



contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.31. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.32. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.33. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.34. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo previsto na legislação e no Termo de Referência;

9.35. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.36. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.37. Realizar, conforme o caso, sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais,



serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.



10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10.14. É vedado à contratada copiar, armazenar, transferir ou reutilizar dados pessoais do COFFITO em bases de dados próprias, ambientes externos ou mídias portáteis, salvo quando estritamente necessário para a execução dos serviços e desde que autorizado, por escrito, pela fiscalização do contrato.

10.15. Todo acesso a dados pessoais deverá ocorrer em ambiente controlado, com logs detalhados, trilhas de auditoria e registro dos perfis de acesso, sendo



obrigatória a adoção de mecanismos de criptografia, controle de acesso e segregação de ambientes, em conformidade com as boas práticas de segurança da informação.

10.16. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula será considerado falta grave, sujeitando a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste contrato, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos decorrentes.

10.17. A contratada deverá apoiar o COFFITO na gestão de incidentes de segurança envolvendo dados pessoais relacionados aos serviços contratados, elaborando, quando demandada, relatórios de incidente, análises de impacto.

10.18. Os procedimentos de comunicação de incidentes à Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD e aos titulares dos dados serão conduzidos pelo COFFITO, com suporte técnico da contratada, observados os prazos e requisitos previstos na legislação de proteção de dados pessoais.

10.19. A contratada deverá manter registro, na plataforma disponibilizada, de todos os incidentes reportados, das medidas adotadas e dos respectivos prazos de resposta.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;



- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



iv) **Multa:**

(a) Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 01% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida (valor do Pedido de Fornecimento), até o limite de 20 (vinte) dias.

(b) Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 05% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

(c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 05% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

(d) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 05% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado,



observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Das indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.8.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.8.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge,



companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do CREFITO deste exercício, na dotação Nº 6.2.2.1.02.01.03.002 – máquinas, equipamentos e aparelhos.



16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal em XXXXXXXXX, Seção Judiciária de XXXXXXXXXXXX para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

XXXXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXXXXX de 2026.

Sandroval Francisco Torres

Presidente do COFFITO

CONTRATADA

Testemunha

Testemunha



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXXX/2026

Processo SEI Nº [00.0015.000044/2026-18](#)

O CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL - COFFITO, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede no SIA Trecho 17, 810 - Parque Ferroviário de Brasília, CEP 71.200-260 – Brasília (DF), inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 00.487.140/0001-36, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XX/2026, Processo SEI Nº 00.0015.000044/2026-18, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, no Decreto n.º 11.462/2023 e, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a contratação de empresa especializada na confecção de artigo para homenagem institucional, especificado no Termo de Referência, anexo ao Edital de Licitação Nº 90006/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

	<p>Fornecedor: XXXXX XXXXXX XXXXXXXX</p> <p>CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX</p> <p>Endereço: XXXX XXXXXXXX, XXXXXXXXXX, XXXXXXXXX – XX, CEP: XX.XXX-XXX,</p> <p>Contato: e-mail XXXXXXXX@XXXXXXXX.XXX.XX - Telefone (XX) XXXXX-XXXX,</p> <p>Representante: XXXXX XXXXXXXX XXXXXX</p>
--	--

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Confecção de placa	618630	600	R\$ XXX,XX	R\$ XX.XXX,XX
2	Confecção de troféu	617448	600	R\$ XXX,XX	R\$ XX.XXX,XX

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador e único participante será o COFFITO.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.



5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência de 01 (um) ano e, observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;



5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e,

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de



contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a

realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.



7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob

pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.



8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.



11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

CONTINUAÇÃO – ASSINATURAS – ATA RP Nº XX/2026 – PLACA / TROFÉU

Brasília/DF - XX de XXXXXXXXX de 2026

Dr. Sandroval Francisco Torres

Presidente do COFFITO

Contratada

Testemunha

Testemunha



ANEXO

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
	Especificação do X	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade e Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

INSERIR TIMBRE DA EMPRESA**Modelo de Proposta Comercial**

A Empresa _____, Nome Fantasia _____, inscrita no CNPJ: _____._____/_____-_____, localizada na _____, _____, _____, CEP _____._____-_____, tendo o telefone (XX) XXXXX-XXXX e o e-mail XXXXXX@XXXXX.XXX.XX de contato, por intermédio de seu Representante legal, _____, sente-se honrado em apresentar sua proposta comercial para confecção de artigos para homenagem institucional, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos, conforme o item abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Confecção de placa	618630	600	R\$ XXX,XX	R\$ XX.XXX,XX
2	Confecção de troféu	617448	600	R\$ XXX,XX	R\$ XX.XXX,XX

Validade de Proposta : 60 dias

DECLARAÇÕES:

1. Declaramos que em nossos preços, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive, das despesas com autenticação de documentos e reconhecimento de firma em cartório, materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Social Trabalhista Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao órgão.

2. Declaramos para os devidos fins e efeitos de direito, sob as penalidades cabíveis, que inexistequaquer fato superveniente impeditivo ou modificativo de suas condições, que a torne ou tornaria inabilitada para participar do supra mencionado certame, bem como que se compromete a declará-los na hipótese de sua ocorrência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. Declaramos, expressamente, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos àlicitação e gestão contratual e que estes, na forma em que estão apresentados,

INSERIR TIMBRE DA EMPRESA

INSERIR TIMBRE DA EMPRESA

não constituem intervenção indevida do COFFITO na gestão interna do contratado, concordando e nos sujeitando às normas e condições estabelecidas no Edital e respectivos anexos, bem como a Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações.

4. Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de contratação com o COFFITO, que nos quadros da empresa inexistem e não será contratado durante a vigência contratual sócio, gerente ou diretor que seja membro ou servidor em exercício, ou, ainda, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, de fiscalização ou gestão contratual, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente à esta Autarquia Federal.

5. Declaro ciência de que a CONTRATANTE não poderá indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado.

6. Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como leis sociais, leis trabalhistas, seguros, taxas e contribuições, transporte, alimentação, e demais despesas obrigatórias, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste certame, nada mais sendo válido pleitear a esse título.

7. Declaração expressa de que a empresa emite NOTA FISCAL (fazer a ressalva caso não emita e informar a legislação que eventualmente a dispensa).

8. **Declaração de fatos impeditivos:** Declaro sob as penas da lei, que até a presente data INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS para a nossa habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

9. **Declaração que não emprega menor:** Declaro de que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

10. **Declaração de microempresa:** Declaro, sob as penas da Lei, QUE NÃO ULTRAPASSEI O LIMITE DE FATURAMENTO E CUMPRO OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, de 14 de dezembro de

INSERIR TIMBRE DA EMPRESA

INSERIR TIMBRE DA EMPRESA

2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

11. Declaração de elaboração independente da proposta: Declaramos que a proposta apresentada para essa licitação FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico acima especificado foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico acima especificado, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico acima especificado não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico acima especificado, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico acima especificado quanto a participar ou não da referida licitação;

(c) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico acima especificado não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico acima especificado antes da adjudicação do objeto da referida licitação; que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico acima especificado não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do antes da abertura oficial das propostas; e que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

12. Declaração de pleno conhecimento e atendimento de habilitação: Declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para participação no presente procedimento licitatório 90011/2024, tendo pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

13. Declaração de reserva de cargos para pessoas com deficiência: Por intermédio de sua representante legal devidamente identificada nesta Proposta, DECLARAMOS que cumprimos a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitados da Previdência Social.

14. Declaração de trabalho degradante ou forçado: que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o

INSERIR TIMBRE DA EMPRESA

INSERIR TIMBRE DA EMPRESA

disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

15. Declaramos que a conta bancária da empresa _____, para fins de recepção de pagamentos é Conta Corrente Jurídica __.____-__, na Agência _____, do Banco _____.

16. Dados do responsável para assinatura do contrato: nome completo, e-mail e telefone.

17. Dados do preposto do contrato: nome completo, e-mail e telefone.

Local _____, __ de _____ de 2026.

Representante Legal

INSERIR TIMBRE DA EMPRESA